

IX SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

PSICOLOGIA NA DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



**Conselho
Federal de
Psicologia**

**Conselhos
Regionais de
Psicologia**

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
Conselhos Regionais de Psicologia
Centro de Referência Técnica em Psicologia
e Políticas Públicas — CREPOP

ETAPA CENTRO-OESTE

**Psicologia e políticas públicas: a construção do trabalho junto
com os povos indígenas e quilombolas no Centro-oeste**

**IX SEMINÁRIO NACIONAL
DE PSICOLOGIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS**
PSICOLOGIA NA DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



Integrantes

Andréa F. L. Esmeraldo
Graça Marchina
Isabel Fernandes
Marcia Maria da Silva
Mônica Sousa Santos
Paulo Maldos
Thiago Aiamari Kavopi

Brasília, 2019

© 2020 Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte. Disponível também em: www.cfp.org.br.

Projeto Gráfico: Agência Movimento

Diagramação: Agência Movimento

Revisão e normalização: Carlos Flexa | MC&G Design Editorial

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília – DF
(61) 2109-0107 E-mail: comunica@cfp.org.br/www.cfp.org.br
Impresso no Brasil – abril de 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471 Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas :
 Psicologia na Defesa das Políticas Públicas (9. : 2018 :
 Brasília, DF).
 IX Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas
 : Psicologia na Defesa das Políticas Públicas : volume 05 : a
 construção do trabalho junto com os povos indígenas e quilombolas
 no centro oeste : etapa centro-oeste / Conselho Federal de
 Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e
 Políticas Públicas. — 1. ed. — Brasília : CFP, 2020.
 48 p. ; 21 cm.

ISBN 978-65-86540-38-3

ISBN 978-65-86540-42-0 (Coleção)

1. Psicologia social - Congressos. 2. Direitos humanos
- Aspectos psicológicos - Brasil. 3. Políticas públicas - Brasil.
I. Conselho Federal de Psicologia. II. Centro de Referência
Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). III. Título.

CDD 323.40981

Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

Coordenação Geral/ CFP
Miraci Mendes – Coordenação Geral

Gerência de Comunicação
Luana Spinillo Poroca – Gerente

Coordenação Nacional do CREPOP/CFP
Clarissa Paranhos Guedes — Conselheira CFP
Mateus de Castro Castelluccio — Supervisor
Larissa Correia Nunes Dantas — Assessora
João Vinicius Marques — Assessor
Joyce Juliana Dias de Avelar — Estagiária

Integrantes das Unidades Locais do CREPOP nos CRPs

Conselheiras(os)

Leovane Gregório (CRP01); Vinicius Soares de Oliveira (CRP02); Gloria Maria Machado Pimentel, Mailson Santos Pereira e Monaliza Cirino de Oliveira (CRP03); Cláudia Natividade e Flávia Gotelip Correa Veloso (CRP04); Mônica Sampaio (CRP05); Beatriz Borges Brambilla (CRP06); Manuele Monttanari Araldi (CRP07); Maria Sezineide Cavalcante de Melo (CRP08); Mayk Diego Gomes da Glória Machado (CRP09); Valber Luiz Farias Sampaio (CRP10); Emilie Fonteles Boesmans (CRP11); Marivete Jesser (CRP12); Carla de Sant'Ana Brandão Costa (colaboradora CRP13); Beatriz Flandoli (CRP14); Laeuzza da Silva Farias (CRP15); Juliana Brunoro de Freitas (CRP16); Adala Nayana de Sousa Mata (CRP17); Karina Franco Moshage (CRP18); Bruna Oliveira Santana e Claudson Rodrigues de Oliveira (CRP19); Clorijava de Oliveira Santiago Júnior e Gibson Alves dos Santos (CRP20); José Augusto Santos Ribeiro (CRP21); Raissa Bezerra Palhano (CRP22); Ricardo Furtado de Oliveira (CRP23).

Técnicas(os)

Cristina Trarbach (CRP01); Maria de Fátima dos Santos Neves (CRP02); Natani Evlin Lima Dias (CRP03); Pablo Mateus dos Santos Jacinto (CRP03); Leiliana Sousa (CRP04); Roberta Brasilino Barbosa (CRP05) Edson Ferreira Dias Júnior (CRP06); Rafaela Demétrio Hilgert (CRP07) Regina Magna Fonseca (CRP09); Letícia Maria Soares Palheta (CRP10); Mayrá Lobato Pequeno (CRP11); Iramaia Ranai Gallarani (CRP12); Kátiuska Araújo Duarte (CRP13); Mônica Rodrigues (CRP14); Liércio Pinheiro de Araújo (CRP15); Mariana Moulin Brunow Freitas (CRP16); Zilanda Pereira Lima (CRP17); Érika Aparecida de Oliveira (CRP18); Lidianne de Melo Drapala (CRP19); John Wedson dos Santos Silva (CRP21); Lívia Maria Guedes de Lima Andrade (CRP22); Stéfane Santana Da Silva (CRP23).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA X
VII Plenário
Gestão 2017-2019

Diretoria

Rogério Giannini – Presidente
Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega – Vice-presidente
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – Secretário
Norma Celiane Cosmo – Tesoureira

Conselheiras(os) Efetivas(os)

Iolete Ribeiro da Silva – Secretária Região Norte
Clarissa Paranhos Guedes – Secretária Região Nordeste
Marisa Helena Alves – Secretária Região Centro-Oeste
Júnia Maria Campos Lara – Secretária Região Sudeste
Rosane Lorena Granzotto – Secretária Região Sul
Fabian Javier Marin Rueda – Conselheiro 1
Célia Zenaide da Silva – Conselheira 2

Conselheiros Suplentes

Maria Márcia Badaró Bandeira – Suplente
Daniela Sacramento Zanini – Suplente
Paulo Roberto Martins Maldos – Suplente
Fabiana Itaci Corrêa de Araujo – Suplente
Jureuda Duarte Guerra – Suplente Região Norte
Andréa Esmeraldo Câmara – Suplente Região Nordeste
Regina Lúcia Sucupira Pedroza – Suplente Região Centro Oeste
Sandra Elena Sposito – Suplente Região Sudeste
Cleia Oliveira Cunha – Suplente Região Sul (in memorian)
Elizabeth de Lacerda Barbosa – Conselheira Suplente 1
Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa – Conselheiro Suplente 2

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	06
1. ETAPA NACIONAL.....	10
PAULO MALDOS.....	10
ISABEL FERNANDES.....	16
2. CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL E IMPLICAÇÕES PARA ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	30
MARIA DA GRAÇA MARCHINA GONÇALVES	30
3. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PSICOLOGIA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO CENTRO-OESTE	63
THIAGO AIAMARI KAVOPI	63
4. ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA COM OS POVOS QUILOMBOLAS: ENFRENTAMENTO AO RACISMO	68
MARCIA MARIA DA SILVA.....	68
MÔNICA SOUSA SANTOS.....	79
ANDRÉA F. L. ESMERALDO.....	84

APRESENTAÇÃO

O Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas é uma realização do Conselho Federal de Psicologia, organizado pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas-Crepop. Para sua nona edição, realizada em 2018, o XVII Plenário do CFP deliberou pela realização de eventos descentralizados, em parceria com os Conselhos Regionais de Psicologia, buscando maior abrangência, capilaridade mobilização e aproximação da categoria.

Sob o tema central “Psicologia na Defesa das Políticas Públicas” os Seminários foram organizados como uma ação em favor da democracia e contra o desmonte das políticas públicas. As etapas regionais se propuseram a discutir diferentes temáticas, como: corte de recursos e desmonte das políticas públicas, crise política, educação, laicidade, seguridade social, populações indígenas e quilombolas, questões de gênero, raça e diversidade sexual, modos de subjetivação e resistência, todos esses, temas caros para a Psicologia e presentes no cotidiano da atuação nas diferentes políticas públicas demarcam uma dimensão ético-política do exercício profissional.

É preciso localizar o momento histórico deste documento, para que se compreenda o contexto e a efervescência política que rege, e ainda rege, os modos críticos e afetivos de se posicionar diante dos fenômenos sociais, principalmente no que se referem às políticas públicas e aos direitos humanos. Antecedido por um processo de impedimento, 2018 deve ser lembrado como um ano eleitoral de profunda polarização política e ascensão do conservadorismo. Além disso, sustentada em uma perspectiva neoliberal, a solução

para os problemas econômicos do país era apresentada a partir da drástica redução de investimentos em políticas públicas, retirada de direitos trabalhistas e previdenciários. Desse modo, o que tínhamos era o anúncio do aprofundamento da desigualdade e da vulnerabilidade social.

Reafirmando e respaldado no Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005), que em seu Princípio III aponta que “O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural”, para o CFP era imprescindível reunir especialistas para dialogar com a categoria que atua nas políticas públicas sobre as consequências psicossociais de um cenário de redução de direitos.

Dito isso, ressaltamos a importância do contexto político, histórico e social no nosso saber-fazer. Cabe nos questionarmos quais têm sido os efeitos do desmonte das políticas públicas nas populações atendidas e como isso reverbera na atuação das(os) psicólogas(os).

A defesa das políticas públicas e o enfrentamento das desigualdades sociais fazem parte do compromisso social da Psicologia, pois tais políticas são espaços potentes para a garantia e o fortalecimento dos direitos humanos. Do contrário, os impactos psicossociais dos desmontes na subjetividade da população brasileira, assim como o sofrimento político gerado pela falta de acesso aos direitos sociais ascenderão a níveis ainda maiores.

Esta publicação é o registro das participações nas conferências, mesas-redondas e palestras no IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Agradecemos a todas(os) as(os) profissionais que contribuíram para publicação deste documento e que buscam por meio do seu saber-fazer um compromisso ético-político com o outro e com a realidade histórico-social. Ressaltamos a importância da cooperação com os Conselhos Regionais de Psicologia para o sucesso das atividades.

Evidenciamos, por fim, que as contribuições proferidas pelos especialistas são individuais e respaldam-se em pesquisas científicas ou experiências como profissionais. Assim, ao realizar este seminário, o CFP cumpre seu papel de atuar na divulgação, debate e problematização de temas relevantes para construção de políticas públicas que atendam às necessidades da população, também contribuindo para a ampliação do conhecimento técnico-científico da Psicologia como ciência e profissão.

XVII Plenário Conselho Federal de Psicologia

Texto aprovado em Plenária em 20 de setembro de 2019.

1. PSICOLOGIA NA DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 Exposição

Paulo Maldos¹

Bom dia a todas e a todos.

Queria agradecer muito a oportunidade de poder fazer essa análise com vocês. A gente faz uma provocação inicial e depois, junto com os outros colegas da mesa, faz um debate onde vamos poder aprofundar e receber as contribuições, certamente muito importantes, do conjunto de pessoas que está aqui e das que também estão acompanhando de longe.

Vou fazer uma análise de conjuntura um tanto diferente do que eu costumo e do que a gente vê por aí, que é menos cartesiana, digamos, mais tentando captar o momento histórico que vivemos. Como é um grupo de psicólogas(os), grupo muito especial, acho que não se trata tanto de fazer uma análise como se faz para um grupo de sociólogas(os) ou movimento social, mas tentar realmente captar a essência, digamos, do que estamos vivendo e sofrendo hoje, junto com a nossa sociedade e tentar, então, captar o movimento essencial, objetivo e subjetivo, que vivemos hoje no Brasil.

¹ Conselheiro do CFP; membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos/CFP; ex-secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República; ex-diretor do Instituto Sedes Sapientiae e ex-Coordenador do Centro de Educação Popular da mesma entidade.

Vivemos uma conjuntura marcada por retrocessos nos direitos sociais, nos direitos constitucionais e na destruição das políticas públicas. Qual é o motor desse processo? O motor que a gente vê é o ódio de classe, o mesmo ódio que gerou as ditaduras ao longo da história, mas agora não mais movendo as engrenagens militares, mas uma outra configuração, mais no campo ideológico, ou seja, um movimento das peças no Congresso Nacional, no poder judiciário, na mídia, com mobilização social nas ruas e nas redes sociais.

As elites moveram essas peças para fazer o seu jogo. Existe um acúmulo de ódio na nossa sociedade por parte das elites que vem, pelo menos, desde a Constituição de 1988. Essa Constituição foi muito além do que era aceitável para as elites dominantes; ela acabou se tornando uma espécie de disparador, foi o limite estabelecido pelas elites que foi ultrapassado. Lembrem-se que a nossa Constituinte teve uma forte participação popular; todos os movimentos que lutaram contra a ditadura desembocaram na luta pela Constituinte, participaram na própria Constituinte e na feitura da Constituição. Eram milhares e milhares de pessoas acampando em Brasília; acompanhando as comissões e subcomissões na elaboração da nova Carta; foram mais de mil indígenas, durante dias e dias, ao longo de semanas, em Brasília, acompanhando comissão, subcomissão... até verem que seus direitos eram inscritos, além de muitos outros segmentos populares, segmentos que chegavam com um milhão de assinaturas em torno de uma proposta de direito constitucional.

Enfim, foram ultrapassados os limites que as elites esperavam que a Constituição deveria estabelecer; os movimentos sociais que surgiram e cresceram durante a luta contra a ditadura deixaram sua marca na Constituição e seguiram conquistando direitos e construindo políticas públicas nos governos Collor, Itamar Franco, F.H.C., Lula e Dilma, ou seja, a partir da Constituição, da sua promulgação, os movimentos sociais continuaram

participando politicamente, aprofundando aquilo que buscaram na Constituinte, transformando os direitos em novas políticas públicas, através de todos os governos que vieram em seguida.

A força e a legitimidade dos movimentos sociais, por um lado, e o constrangimento e a falta de legitimidade das elites para impor outra agenda por outro lado, fez com que se avançasse sempre, com lentidão às vezes, com rapidez outras vezes, com erros e com acertos, mas sempre numa tendência ascendente de construção de direitos e políticas públicas e o ódio foi se acumulando nos espaços e na subjetividade das elites e dos seus instrumentos de poder, até que os limites de uma Presidência da República governada por uma mulher, ex-guerrilheira, ex-presa política, com muitas dificuldades do ponto de vista do diálogo político, do ponto de vista da articulação política, com muitas fragilidades de comunicação social e de mobilização social em torno do seu próprio programa, criaram o cenário ideal e a justificativa ideológica para o ataque frontal, e para o golpe parlamentar.

A Presidente Dilma, com seu estilo austero de governar, sofreu uma reação conservadora que produziu um imaginário social e uma falsa formulação, de que tirá-la de cena seria um benefício para a população. Essa foi a construção política do golpe.

O golpe parlamentar, que teve respaldo no Poder Judiciário, nas mídias e em parte da sociedade, destapou, tirou a tampa das represas de ódio de classe, cheias até o limite, que se liberaram como uma espécie de Usina de Itaipu com todas as comportas abertas. E hoje, então, é esse o cenário conjuntural, onde a destruição de direitos é diária; a destruição de políticas públicas é diária; as propostas mais regressivas são aprovadas pelo Congresso Nacional; as decisões mais anti-populares são tomadas pelo executivo e as teses mais desumanas são discutidas tranquilamente pelo Supremo Tribunal Federal. Paralelo a isso, na grande mídia, esse processo é naturalizado pelos comentários tendenciosos, pelas reportagens manipuladas, pelos articulistas partidarizados, e nas redes

sociais esse processo é potencializado. Não há limites para a devastação; o que, nas ditaduras, se fazia com armas, com prisão, com tortura e com desaparecimento de pessoas, com assassinatos políticos, hoje se faz com palavras, mas o objetivo que se tinha antes, por meio das armas e da tortura, e o que se tem agora, com as palavras, é o mesmo: destruição de conquistas sociais, redução do humano ao irreconhecível.

Para as elites, todos os crimes são ignorados ou perdoados, só sofrem penalidades aqueles que foram perdedores nas lutas intestinas da própria elite, aqueles que perderam na luta entre seus iguais das elites, esses acabam no cárcere, mas, no geral, os crimes são perdoados, são ignorados. Para os movimentos populares, crimes são inventados ou atos são distorcidos para serem punidos, a criminalização caminha a passos largos diariamente. A gente abre um WhatsApp ou entra em qualquer site ou rede social e está lá: “Sem-terra atacado”, acampamentos ou ocupações de décadas despejados, criminalizados, e as pessoas sem ter para onde ir e, às vezes, são duas mil famílias, sempre muitas famílias, sendo assim também na área urbana, com os sem-teto e os acampamentos e as ocupações nas cidades.

Existe um movimento radicalmente e declaradamente anti-popular em curso, isso que considero a essência do momento atual; trata-se de um movimento sem limites no seu ímpeto de terra arrasada. Seus protagonistas declaram sua desumanidade, com orgulho de poder praticar violências impunemente, com total liberdade, sem consequências para eles. Assim, afirmam algo o mais torpe possível com relação à mulher, com relação à população LGBTI, com relação ao indígena, com relação ao quilombola ou às crianças de rua, à população da periferia, e com uma espécie de prazer perverso. Existe uma espécie de gozo em exibir a violência de classe.

Parece que houve uma conexão do ódio de classe desse último período histórico com uma espécie de lençol freático, composto por sentimentos, ideias, preconceitos, ideologias, que

remonta aos 517 anos passados e que carrega ideias genocidas com relação aos povos indígenas, escravocratas com relação à população negra, preconceitos da primeira revolução industrial com relação aos operários, machistas com relação às mulheres, autoritárias com relação aos jovens. Parece que esse lençol freático, composto pela história das ideias da classe dominante, se conectou com as ideias atuais das nossas elites e emergiu na nossa conjuntura. Fluía tudo neste rio subterrâneo, no inconsciente coletivo das elites, e explodiu numa grande, não diria “contrarrevolução”, porque a gente não viveu uma “revolução”, mas numa espécie de “contracivilização”, explodiu tudo na grande “contracivilização”, estando em curso até os dias de hoje.

Se podemos fazer uma imagem, seria da barragem da Samarco, de Mariana, Minas Gerais, com lama tóxica vinda do século XVI até o século XXI e essa lama tóxica hoje está nas redes sociais, nas mídias, move seus instrumentos no poder legislativo, é legitimada pelo poder judiciário, opera no executivo e busca com que a verdade não seja reconhecida, a verdade que estamos num estado de exceção, com os direitos constitucionais suspensos e as políticas públicas sendo anuladas uma a uma, a partir do ódio de classe. Parece estar em curso, portanto, um processo catártico das elites no sentido de destinar todas as suas ideias e práticas brutais para impor derrotas sucessivas aos setores populares, em todas as conquistas sociais destes, desde a luta contra a ditadura e mesmo antes.

Os setores populares fizeram e fazem tentativas constantes de se contrapor e resistir a esse processo, mas não têm tido sucesso ou tiveram sucessos parciais, específicos, frente a esta imensa onda contrária. Os movimentos populares nunca deixaram de lutar, é um equívoco dizer que não houve luta nesse período, existem e existiram muitas greves e mobilizações, das maiores que tivemos na nossa história, com manifestações nas capitais e no interior. Mas o momento é diferente, com um ataque que vem de todas as instâncias onde o povo, por décadas,

veio construindo passo a passo suas vitórias, pois o povo veio construindo suas vitórias no legislativo, no executivo, mesmo no judiciário, conquistando reconhecimento de direitos.

Então, o que temos hoje é uma perplexidade popular, não passividade popular. Mas, como o processo é tão brutal e concatenado, contra os direitos sociais, naqueles espaços em que, nas últimas décadas, o povo fez um percurso de conquistas, o que a gente tem não é passividade, são lutas, tentativas de lutas, e uma imensa perplexidade, mas nunca passividade. É como se o povo dissesse: por aqui não adianta resistir, não adianta resistir com os nossos antigos métodos, não adianta resistir e lutar com as formas de luta que a gente construiu ao longo das últimas décadas, porque são exatamente essas formas de luta que estão sendo atacadas, ignoradas ou superadas.

O povo brasileiro, então, espera o processo “contracivilizatório” avançar para dar a sua resposta, necessariamente nova, fruto de um novo momento histórico, de um novo ciclo de lutas que deve se abrir, com novos métodos e com novos protagonistas.

O povo brasileiro está processando sua experiência, e vai responder a essa barbárie em curso à altura, assim que toda lama tóxica chegar ao mar.

1.2 Exposição

Isabel Fernandes²

Bom dia.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer o convite do Conselho para estar aqui nesse espaço. Para mim é muito caro participar de todos os debates e das discussões do CREPOP. Eu tenho a vinculação do trabalho, uma vinculação pessoal muito grande com os debates do CREPOP, acho, e eu sempre digo isso, que o espaço do CREPOP não é só um espaço de pesquisa, mas é um espaço político muito importante; é um espaço de enfrentamento da categoria profissional. E já que o convite que me foi feito foi para discutir que espaços, que possibilidades que a Psicologia tem de fazer frente a esse desmonte das políticas sociais, das políticas públicas, eu já adianto que o CREPOP é um espaço fundamental, eu acho, nesse enfrentamento. Para situar a minha fala, para chegar à Psicologia, vou retomar rapidamente algumas questões sobre conjuntura de uma outra ótica, acho que o Conselheiro Paulo foi muito feliz nas observações que ele fez, só vou apontar exatamente por conta da perspectiva teórica com a qual eu trabalho numa perspectiva mais de o porquê existe também uma lógica estrutural de desmonte das políticas públicas que acabam por servir de berço econômico desse desmonte que vão subsidiar a emergência desse sentimento de intolerância,

² Psicóloga formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). Professora associada da UFRN e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Foi integrante da diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp) gestão 2010-2012. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social. Atua com Teoria Social Marxiana, políticas sociais, políticas da saúde e assistência social, formação e atuação de psicólogos.

de um sentimento antipovo, um sentimento antimassa, enfim.

Vou pedir ajuda à Laura para me ajudar com esses eslaides. Eu acho que a primeira coisa, não vou me deter nessa parte, meu objetivo aqui é discutir Psicologia, mas eu não consigo discutir Psicologia sem falar desse contexto macroestrutural. Eu acho que a primeira coisa é entender que todo esse movimento que a gente vê hoje não é de agora; vem sendo gestado ainda no século passado e que faz parte de um contexto geral da ordem do capital; essa crise que a gente... que a gente vem justificando, inclusive uma série de medidas econômicas, de combate à crise. O discurso que a gente vê hoje na mídia, especialmente, apoiem, por exemplo, a reforma da previdência, a gente precisa conter os gastos e a estratégia melhor de conter os gastos é conter os gastos sociais, que são muito caros. Vamos permitir com que as pessoas se aposentem. Do jeito que está, elas não vão conseguir se aposentar, que o funcionalismo público é o principal vilão da questão da previdência social... Tudo isso vem no discurso que visa a justificar certas medidas econômicas em nome de um combate à crise que se instaurou e que, na verdade, esconde um movimento que é um movimento característico do modo de produção capitalista, então, capitalismo e crise são sinônimos, o capitalismo opera com crises, crises mais restritas, crises mais amplas, conforme cada evento desses, a tendência é que cada crise seja mais profunda e ela seja mais demorada, vamos dizer assim. Então, o que acontece é que a experiência brasileira é tanto expressão dessa crise mais geral da sociabilidade do capital, como também é reflexo de uma entre várias experiências latino americanas que tiveram experiências de governos de centro-esquerda que sofreram uma pressão muito grande que acabou. Essa pressão acabou por destituir estes governos em toda a América Latina e substituir esses governos de centro-esquerda por governos conservadores, como nós vimos

ao longo dessa história. Então, o Brasil não foi exceção à regra e o golpe também não foi uma grande surpresa para quem acompanhou a evolução desses acontecimentos justificados também por essa crise que atribuiu a um Governo de centro-esquerda. No caso, governo PT, a responsabilidade pela eclosão desta crise no Brasil, que os analistas mais honestos e comprometidos sabem que, na verdade, essa crise vem muito antes do governo petista e, na verdade, não é uma crise brasileira, ela chega ao Brasil como rebatimento de uma crise, que é do capitalismo mundial. Obviamente, que o Brasil traz uma série de peculiaridades que vão atribuir uma característica especial à crise no nosso país e conjuga alguns vetores que eu vejo como duas fontes principais, que tem dois aspectos principais. O primeiro deles é que a gente consegue identificar um primeiro elemento que é uma desaceleração do crescimento que já vinha acontecendo há algum tempo e em segundo, ainda no governo Lula, que se prolonga pelo governo Dilma, são implementadas algumas medidas econômicas, algumas medidas de ajustes que precisavam de dois elementos principais para que elas funcionassem: o primeiro era que o Brasil se mantivesse exportando suas comódites, e para isso precisava manter ou até mesmo aumentar o preço dessas exportações, e a segunda era manter um elevado consumo interno. Então, não sei se vocês lembram, mas o incentivo ao consumo o incentivo ao crédito; até mesmo os programas de transferência de renda; o controle de taxas de juros; a isenção de impostos para carros... enfim, que nós tivemos durante alguns anos, tudo isso foram medidas para tentar manter os brasileiros consumindo bastante internamente. Só que essas duas medidas falharam absurdamente: o Brasil foi o país que teve a maior queda na exportação entre as trinta maiores economias e esse “bum” do consumo interno, na verdade, não aconteceu no nível em que se esperava... então, esses dois vetores foram decisivos

na entrada do Brasil, ou seja, na “marolinha” que virou *tsunami* e o Brasil, finalmente, de modo infeliz, é absorvido por essa crise. E o que acontece? A política social aparece como principal rebatimento nas consequências da crise que chega para o Brasil, porque o Brasil entra na crise e sobrevêm, como o conselheiro Paulo falou, o golpe. Vem uma crise de sustentabilidade do Governo, porque, na verdade, o governo Lula consegue manter durante a sua gestão, um pacto de conciliação de classes que ele não consegue mais sustentar; passa a bola para Dilma. Só que Dilma não consegue ter essa articulação com os dois campos, com o pacto de classe que estabelece ainda nas primeiras gestões do governo PT e esse pacto de conciliação de classes faz água e é onde sobrevêm o golpe e ela é destituída. Nesse momento a crise está no seu período extremamente intenso e sobrevêm as medidas de ajustes neoliberais com toda a sua força.

Então, que medidas são essas? São as medidas mais intensas possíveis e que cominam com a implantação imediata, por isso que a gente vê ganhos que foram gestados durante décadas serem cortados, serem eliminados muito rapidamente. Se a gente fizer uma análise no período do primeiro ano do governo Temer, por exemplo, o que se perdeu em termos de direitos sociais. Então, uma agenda que corre velozmente com a justificativa de que é preciso uma intervenção muito rápida e intensa para que se consiga compensar os efeitos dessa crise e o principal alvo, um dos principais alvos, na verdade, para além de uma agenda econômica é o corte de despesas acessórias como se diz e uma despesa acessória são as políticas sociais com o destaque para as políticas públicas.

E o que são essas políticas? É preciso que a gente entenda que a política social é uma resposta do Estado para enfrentar o que a gente chama de questão social. Essa questão social é definida como um conjunto de problemas postos pela emergência da classe trabalhadora por ocasião, da instauração do

modo de produção capitalista, no cotidiano é a manifestação da contradição capital trabalho, ou seja, todas aquelas consequências colocadas pela emergência da classe trabalhadora no processo de pauperização da relação capital/trabalho, ou seja, todas aquelas manifestações que sobrevêm advindas da pobreza, certo? Então, precarização das relações de trabalho, ausência de políticas públicas... já que é o alvo do nosso debate aqui, o trabalho dessas(es) profissionais, incluído o psicólogo, se dá, não nessa condição estrutural, não no que gera todas essas manifestações, mas sim, nas refrações dessa questão social, ou seja, a política social é gestada e dentro dela a política pública, ela é gestada para trabalhar nas franjas da questão social, nos rebatimentos da questão social e não na sua base, na sua estrutura. Essa estrutura não é atacada no modo de produção, ela não é atacada pela política social, não é atacada pela política pública, ou seja, todo trabalho que se faz, os psicólogos, como operadores da política, trabalham nessas franjas e o que nós fazemos com o psicólogo trabalhando em situações, em políticas públicas que não atacam as condições que geram essa desigualdade, por exemplo. Então, essa é uma questão que a gente precisa debater como operadores dessa política.

Pensando que essa política é gestada dentro de uma lógica que não visa eliminação da pobreza e considerando essa agenda neoliberal que vem exatamente para restringir direitos; para eliminar direitos, para restringir direitos, enfim, para retirar, inclusive, o papel de Estado; substituir o papel do Estado, por exemplo, pela sociedade civil, com incentivo, com retorno triunfal das ONGs, inclusive, substituindo fortemente o estado na prestação de serviços, está aí o programa Criança Feliz, que tinha um orçamento de 600 milhões de reais, com previsão para chegar a um bilhão de reais em 2018, enquanto a gente teve corte, por exemplo, na assistência social em alguns programas de mais de oitenta por cento, como foi o caso da proteção

social básica.

Existe uma mudança de foco da política social para uma política social cada vez mais minimalista, cada vez mais focalizada em que a gente precisa comprovar a pobreza para poder acessar essa política social, ou seja, uma política social que, de universal ou de universalizante, ela passa a ser cada vez mais restrita, cada vez mais focalizada, cada vez mais seletiva. Qual é o problema disso? Os dados do Banco Mundial para o Brasil, em 2017, mostram que até o final do ano, ou seja, até o mês que vem, cerca de dois milhões e meio de brasileiros vão cruzar a linha da pobreza. Nós temos aí uma população que cada vez vai ter menos acesso à política pública e uma população que fica cada vez mais pobre, ou seja, a gente vai ter um número maior de pessoas desassistidas e uma política mais restrita. Para nós, psicólogos, esse é um problema grande, porque a gente vai ter... Para nós psicólogos, não! Para os trabalhadores das políticas públicas, porque nós vamos ter uma demanda muito maior de pessoas em políticas públicas mais precarizadas. E a lógica da política não é mais uma política pública voltada para as pessoas em situação de pobreza. Ainda que, por exemplo, o SUS, seja uma política universal, nós sabemos claramente que ela não é uma política universal na sua operacionalização; ela não é uma política universal.

Pensemos aqui quantos de nós ou de conhecidos nossos que acessam exclusivamente o SUS, por exemplo. E o discurso agora é retirar as pessoas da situação de pobreza extrema. Ou seja, o foco agora é o trabalho voltado para os mais pobres dentre os pobres. Há agora uma lógica de combate exclusivo à fome e não mais a garantia de mínimos sociais, como já se discutiu ainda nos movimentos sociais da década de oitenta, que culminaram com a Constituição de 1988, e com a garantia dos mínimos sociais garantidos lá na Constituição.

E a segunda consequência importante, que o Conselheiro Paulo falou com muita propriedade, é a substituição de um

Estado de bem-estar social que, embora nunca tenha havido no Brasil, a gente sempre defendeu os seus princípios, certo? E a gente defende isso pela lógica da defesa intransigente dos direitos humanos por um Estado Penal, um Estado que, cada vez mais, criminaliza a pobreza. É o Estado que faz com que cada vez mais surja um forte sentimento antipovo, antimassa, racista, discriminador, punitivo, que faz com que se possa ir a público dizer que “bandido bom é bandido morto” e você seja aplaudido por conta disso; que faz a justiça com as próprias mãos, fazendo disso é uma coisa legítima. Enfim, coisas desse tipo, que a gente começa a naturalizar. Ou seja, se perde totalmente os princípios do que é o humano.

Esse é um elemento que é extremamente preocupante, principalmente quando a gente vai trabalhar com política pública. Afinal de contas, quais são os princípios que passam a reger a sociabilidade? Então, esse é um elemento extremamente importante e que está por trás hoje da discussão da política social nesse modo de produção que eu chamo atualmente de capital barbárie. E como a gente discute a Psicologia nesse cenário? Primeiro, quem é o alvo da política social hoje? A gente tem aí a população mais tradicional que a gente conhece, que é uma população ligada à ruralidade, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, ciganos, indígenas, refugiados, população em situação de rua, jovens, adolescentes em conflito com a lei, pobres extremos, enfim... população negra, LGBT... Mas a gente tem uma nova população que é uma população que, anteriormente, não era usuária tradicional da política pública, que é a população, que, por exemplo, no Rio de Janeiro, passou a residir na rua, porque é uma população que saiu do mercado de trabalho e não conseguiu mais se inserir; pessoas, inclusive, com formação graduada. Então, esses novos pobres só fazem aumentar e fazer com que a característica dessa população seja cada vez mais diversificada.

Então, cabe aos psicólogos uma demanda agora que é

extremamente variada e que é um desafio para os profissionais que estão na ponta das redes, das diversas redes que compõem as políticas públicas. E os profissionais continuam trabalhando nessas franjas da questão social, ou seja, na operação, no cotidiano da política pública, nas condições extremamente difíceis que compõem, que caracterizam esse trabalho. Na verdade, nessa lógica de uma assistencialização cada vez mais minimalista, focalizada, pontual, com discursos como da intersectorialidade não se sustentam mais, porque é um grande desafio falar de intersectorialidade quando a gente tem políticas que estão cada vez mais fragilizadas.

Eu acho que o discurso da assistência social que, cujo financiamento, se se mantiver dessa forma, nós não teremos assistência social mais. Então, falar de intersectorialidade, falar de rede é inútil nesse momento, pelo menos, eu acho que a luta agora é para tentar manter, pelo menos, a política pública. E existe uma pressão, inclusive, para um retorno à psicologização de problemas sociais ao papel da(o) psicóloga(o) como pacificadora(or), como controladora(or), como rotuladora(or) e como, de uma certa forma, um auxílio à criminalização da pobreza. Então, há um lugar da(o) psicóloga(o) como um suporte para esse novo modelo de Estado, para esse retorno a esse estado extremamente conservador, criminalizador, tutelar, enfim...

E a Psicologia, a gente sabe que a ela tem uma conta histórica para pagar. Ela já ajudou muito em processos de tortura, a gente sabe disso. Inclusive, a Psicologia brasileira tem uma história que a gente tem essa dívida e é preciso que a gente tenha cuidado, porque ainda hoje somos convocados e muitos de nós ainda faz isso: práticas socioeducativas que são institucionalizantes, que são normatizadoras.

Sabemos que não somos só uma Psicologia e temos relatos disso, seja porque muitos de nós acreditamos nessas práticas, seja porque nós somos forçados de alguma forma a fazê-las e não conseguimos espaços ou não frequentamos espaços que

debatam e que nos deem suporte para que a gente faça frente a essas outras posturas nesses serviços públicos, porque esses serviços agora, principalmente, com essas novas formas de desregulamentação das relações trabalhistas, nós temos uma nova forma de precarização do trabalho, que é o trabalho por hora. E cada vez mais nós temos formas de sermos coagidos a fazer o que se espera que nós façamos, e não o que a gente acredita que deve fazer. Então, são elementos de contexto que eu acho que nós vamos precisar trabalhar para além do que é a Psicologia como ciência e como profissão, e são elementos que eu acredito que são de contexto e que a Psicologia vai precisar fazer enfrentamento com relação a isso também. E nós psicólogos somos convocados a atuar como mão de ferro do Estado. Vejam aí coisas, temas que são extremamente complexos, como, por exemplo, exame criminológico, avaliação para progressão de pena, depoimentos sem dano, parecer social, coisas que são extremamente polêmicas que cabem aos psicólogos responderem, inclusive, para decidir se a pessoa vai ser livre ou se não vai ser livre. São coisas extremamente complexas e que a gente acaba ou por não ter forças, porque você está numa situação em que você é coagido, — no sistema prisional, a pressão é extremamente grande. Existem relatos de profissionais que trabalham dentro do sistema prisional que estão com presos com o agente penitenciário do lado, armado, o profissional trabalha nesse tipo de situação e a gente termina agindo como mão de ferro do Estado mesmo. Então, como a gente pode se organizar para fazer frente a essas situações? Então, não se trata apenas de uma questão pessoal, se trata de uma questão da categoria mesmo, como que a categoria pode se organizar para discutir mais amplamente essas questões. Ou seja, é uma questão da categoria, mas é uma questão do contexto mais amplo também, a gente tem um contexto que tem forçado as profissões de uma forma geral a entrar nessa onda que é uma onda extremamente criminalizadora e

punitiva. Então, para além da Psicologia é preciso discutir essas práticas no âmbito da sociedade como um todo, e as perspectivas que escapam a esta lógica são extremamente, sofrem, digamos, muita resistência.

Psicólogos são ameaçados de morte, são demitidos... Estou falando de coisas que eu vejo... de psicólogos que precisam sair de serviços, porque são ameaçados de morte, porque pensam diferente, porque eles não fazem o que o seu gestor quer, o que o prefeito do município quer, ou porque o prefeito acha que ele vai querer concorrer a um cargo público, porque ele é muito legal e a comunidade gosta dele. Então, ele se sente ameaçado, coisas do tipo. E pensando do ponto de vista da profissão, sabemos que não há um projeto ético-político que seja a bandeira da profissão, um único projeto ético e político.

A Psicologia é uma categoria em disputa. Nós, aqui, acreditamos que, principalmente, quem está dentro do CREPOP, quem trabalha com políticas públicas acredita, tem algumas premissas para o trabalho. Mas nós não somos homogêneos. A gente tem uma série de colegas que têm questões teóricas, epistemológicas, metodológicas que são muito questionáveis na minha avaliação, que defendem modelos de sociedade, que, não necessariamente são os modelos que nós defendemos. E essa Psicologia, essas psicologias têm projetos societários que estão disputando com os nossos.

E a práxis da(o) psicóloga(o) nesse contexto como fica? Eu penso o seguinte, a meu ver, a práxis, necessariamente, precisa transformar a sociedade e a natureza obviamente ao mesmo tempo que nos transforma. Então, eu acho que a práxis é uma coisa que é uma via de mão dupla. Então espaços de discussão teórica só são importantes se eles tiverem uma interação com a prática.

Então, essa coisa de ficar só na discussão acadêmica ou só uma discussão prática, eles acabam se perdendo no vazio. Então, necessariamente, essa articulação para mim é

imprescindível. A práxis diz também de uma finalidade que é de um fim que não está dado. Então, é uma coisa que está por construir. Por isso que eu acho que espaços como esses, espaços como os que vão existir à tarde, eu acho que eles são extremamente importantes para se pensar nessas possibilidades. E, portanto, eu acho que práxis envolve ação, e na concepção do que nós discutimos aqui, eu acho que envolve ação política. Eu acho que envolve ação de resistência. Eu acho que envolve ação de organização, envolve ação de militância. Não digo, necessariamente, de política partidária, mas também, enfim... necessariamente, eu acho que envolve coletivos. E o que nos é possível como profissional em tempos de capital-barbárie. Eu trago aqui um trecho de um marxista chamado Ivan Mesarus, que eu acho que, independentemente dessas perspectivas teóricas e desses projetos societários em disputa no campo da Psicologia, eu acho que existe um elemento que pode nos unir e que pode constituir a base da construção de algo que a gente possa defender. Então, ele pensa o seguinte: enquanto nós estivermos nessa sociedade que criminaliza a pobreza, que criminaliza as pessoas pelo seu tom de pele, pela sua condição socioeconômica, pela sua orientação sexual; enquanto o livre desenvolvimento das individualidades estiver distante como está, nós precisamos atuar na defesa intransigente de uma cultura de direitos humanos. Então, a base, o mote da Psicologia precisa ser, pelo menos, na minha percepção, uma cultura de defesa intransigente dos direitos humanos, sem perder de vista, obviamente, um projeto emancipatório. A gente precisa lutar por uma sociedade, em que as pessoas, em que os homens não explorem uns aos outros, mas que eles se vejam como iguais. Então, mesmo que existam divergências teóricas é preciso que se lute, que se defenda eminentemente os direitos humanos. Que se defenda eminentemente os direitos sociais. É essa perspectiva, é esse o caminho que eu consigo enxergar, pelo menos, para o

campo da Psicologia, independentemente desses projetos societários. Talvez, algo da Psicologia fique de fora ainda.

Mas eu acho que se a gente pensa nessa defesa dos direitos humanos e dos direitos sociais, eu acho que a gente consegue unir, eu acho que a gente consegue, pelo menos, uma unidade na diversidade. E aqui elementos envolveriam essa construção de uma práxis comprometida com a defesa dos direitos humanos. É óbvio que a gente precisa de uma análise de contexto histórico. Eu acho que o Paulo mostrou isso. Eu acho que eu mostrei um pouco disso. Acho que a gente mostrou um pouco dessas condições políticas, institucionais. Eu acho que a gente não pode fechar os olhos para isso. Eu acho que essas coisas constituem limites, mas também constituem possibilidades de a gente encontrar fissuras nesses campos, de a gente procurar brechas para conseguir implantar projetos alternativos, obviamente, inclui as iniciativas pessoais, certo? É possível que a gente precise buscar se organizar. A gente precisa procurar se aproximar dessas discussões e, sem dúvida, a organização da profissão, e eu acho que a organização da profissão, os espaços são esses. Eu acho que o Conselho tem um papel decisivo e tem promovido espaços, tem promovido muitos espaços para que esses debates aconteçam. Então, eu acho que estar nesses espaços é essencial, inclusive, para potencializar as nossas ações e para a gente perceber que nós não estamos sozinhos, porque o cotidiano do trabalho é tão pouco potente diante de tantos revezes que a gente encontra, que discutir alternativas, estar com os outros e construir estratégias conjuntamente... eu acho que é um elemento extremamente importante. E quem sabe pensar na construção desse projeto ético-político, na defesa desses direitos humanos. Que a gente sabe que a gente não vai, nós sabemos que nós não vamos acordar uma única abordagem teórico-metodológica; a Psicologia nunca vai conseguir ter consenso em uma abordagem teórico-metodológica; sabemos que não vai ser toda e

qualquer psicologia, com certeza.

Sabemos que existe uma ideologia predominante que a gente precisa fazer frente como cidadãos antes de sermos psicólogos; sabemos que existe uma dimensão ética e uma dimensão política na nossa ação, é preciso atentar, ter sempre no horizonte a serviço de quem está à nossa prática. Quando eu falo em dimensão política, não falo em dimensão político-partidária. Eu falo exatamente de uma reflexão acerca de a quem nós servimos. Se somos trabalhadores da política pública, nós estamos servindo a quem? Estamos servindo ao Estado, lembrando que esse Estado é um Estado neoliberal; é um Estado que não está visando a eliminação da pobreza; ele não está visando a garantia de direitos sociais, especialmente no momento atual. Então, a serviço de quem nós trabalhamos? E essa reflexão vai se dar exatamente por meio dessa práxis, que é a reflexão cotidiana sobre a nossa prática. Eu não vejo outro caminho para Psicologia ou para qualquer outra profissão que esteja no campo da política pública e, principalmente, a Psicologia, que é um campo tão cheio de diversidade, que não comece por aí e é imprescindível que a gente compreenda as determinações desse cenário, não é mais tempo de ingenuidade, então, a Psicologia precisa se organizar, se manter organizada e elevar seu nível de organização e, principalmente, se organizar não só mais como categoria, mas também se organizar dentro de outros campos, com outras categorias profissionais em direção a um projeto societário mais amplo. Eu acho que se começa por aqui, mas se a gente entende que esse contexto macro-estrutural é um contexto que, realmente, está se agravando em um nível que tem engessado de forma significativa o nosso trabalho, as nossas ações em defesa dessas garantias, desses direitos sociais e desses direitos humanos, é preciso que a gente saia da Psicologia; amplie essa organização da Psicologia com outros cenários, com outros grupos, com outros movimentos,

seja de outras profissões, seja de outros campos. E discutir a possibilidade desse projeto ético-político é ter essa análise muito clara, porque é essa análise que vai nos dizer quais são esses limites e, principalmente, esses limites do nosso trabalho, esses limites do nosso contexto, o que esses limites nos colocam e como que a gente pode enfrentar esses limites e que respostas nós estamos dando para essa conjuntura, nós estamos servindo essa conjuntura, nós estamos respondendo essa conjuntura de que forma? Que respostas técnicas nós temos dado? Que respostas políticas nós temos dado para esse cenário muito mais amplo? Porque durante muito tempo, a história da Psicologia mostra que, durante muito tempo, nós servimos a um grupo, a uma elite. Então, muito mais recentemente na história da Psicologia, nós começamos a pensar efetivamente e a defender um outro projeto político. Então, somos relativamente jovens na defesa de um projeto de classe e de uma classe que não era uma classe dominante e eu acho que nós avançamos muito nessa direção, precisamos continuar avançando. Então, para finalizar, eu só queria deixar essa mensagem que diz, nós nos pedimos com insistência, nunca digam: “Isso é natural”, diante dos acontecimentos de cada dia, numa época em que corre o sangue, em que o arbitrário tem força de lei, em que a humanidade se desumaniza... Não diga nunca “Isso é natural”, a fim de que nada passe por imutável. Obrigada.

CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL E IMPLICAÇÕES PARA ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria da Graça Marchina Gonçalves

Bom dia.

Muito obrigada pela recepção tão calorosa.

Eu agradeço pela possibilidade de estar aqui, de estar nesse seminário do CREPOP e queria parabenizar o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia por terem decidido fazer esse formato de seminário nacional, onde há uma regionalização dos debates, achei muito interessante. E isso fica evidente aqui no Centro-Oeste quando as temáticas são prioritariamente as questões indígenas, as questões quilombolas, ratificando a ideia de que, para estarmos nas políticas públicas, precisamos efetivamente olhar para a realidade, para a realidade próxima, e ficarmos atentos a quais são as demandas que essa realidade impõe para a atuação profissional, para a pesquisa, para nós que estamos nas políticas públicas, seja como formuladores, gestores ou executores da política. Por isso considero muito acertado esse formato do Seminário Nacional, e acho que realmente ele está sendo bastante produtivo.

O tema que foi proposto e está colocado aqui é interessante e relevante: *a conjuntura política nacional e as implicações para atuação em políticas públicas*. Isso já foi de alguma forma anunciado nas falas da mesa de abertura. Uma conjuntura complexa, diversa em muitos aspectos e que nos impõe a necessidade de aprofundarmos as nossas reflexões sobre esse campo. E eu queria começar lendo uma frase de Franco Rotelli, que

como vocês sabem, é um dos criadores da reforma psiquiátrica italiana juntamente com Basaglia e, na sua discussão do que é perspectiva antimanicomial de cuidado, ele tem uma frase que eu acho que deve ser um lema para nós neste momento. Claro, a sua discussão era muito mais ampla do que isso, mas eu gosto dessa frase que diz assim:

Então, eu creio que a única forma que nós temos para modificar essa sociedade é fazer tudo aquilo que nós conseguimos fazer, como se nós estivéssemos numa outra sociedade, como se tudo fosse possível. (ROTELLI, 1989/1994, p. 166)

Essa frase de Rotelli fala bem de como eu penso a presença da Psicologia nas políticas públicas, em diversos contextos e principalmente nesse contexto tão cheio de questões novas, talvez nem tão novas.

Eu queria começar a minha fala afirmando, como já fizeram algumas pessoas na mesa de abertura, todos de certa forma disseram isso: que é preciso resistir nestes tempos de desmonte das políticas sociais, resistir e manter avanços, que foram arduamente conseguidos nos últimos anos, em relação ao campo das políticas sociais e à nossa possibilidade de atuação. E para fazer isso, devemos analisar a atual situação de forma crítica, essa é a segunda questão que eu quero afirmar. Devemos ampliar a nossa análise e fazer uma avaliação crítica da conjuntura e da presença da Psicologia nessa conjuntura. Então, considerando esse contexto, são esses dois pressupostos: a necessidade de afirmarmos a nossa presença no campo das políticas sociais como psicólogos e psicólogas(os) e a necessidade de fazermos essa afirmação dentro de uma perspectiva crítica, que vão me conduzir para falar da Psicologia nas políticas públicas.

A outra coisa que eu queria dizer, é que falar de conjuntura não é uma coisa simples, todos sabem; uma análise de conjuntura envolve tomar a complexidade da realidade social, as

suas várias dimensões, suas várias determinações e ninguém consegue fazer isso de uma maneira plena. Por isso, entendo que de nossa parte, de alguém que entra no campo das políticas públicas pela Psicologia e que se propõe a entender a conjuntura, deve-se ao mesmo tempo fazer um diálogo com a economia, com a sociologia, com a política, enfim, com diversas outras áreas, para compreender mais amplamente as coisas que se passam no contexto histórico, social, político; e garantir, por outro lado, outra leitura, que é uma leitura própria da Psicologia e que eu referencio na ideia de que devemos sempre identificar a dimensão subjetiva ao falar da realidade social. Então é isso também que a minha fala traz, eu tento considerar vários aspectos tomados dos colegas da economia, da política, da história, de outras áreas. E, articuladamente a esses aspectos emprestados das análises dessas outras áreas, eu tento também fazer o exercício de pensar o que a Psicologia tem a dizer sobre isso.

Essa deve ser já uma primeira proposta, uma primeira clareza que devemos ter como profissionais que estão na área das políticas públicas. A clareza de que dialogamos com todas as outras áreas levando a perspectiva da Psicologia. Sabemos que o campo das políticas públicas é relativamente novo para a Psicologia, novo não exatamente como área de atuação, mas novo como compreensão dessa inserção mais ampla. Pedro Paulo³ há pouco, na mesa anterior, falava da mudança da nossa profissão nestes últimos anos. Eu considero que a mudança principal que tivemos nos últimos trinta anos, a partir de 1988, para uma profissão que, naquele momento, ainda era jovem como profissão regulamentada, foi enfrentar ou se colocar no campo social de uma forma diferente, porque se apresentou para o campo das políticas públicas de uma forma que não era

3 Pedro Paulo Bicalho é membro da Diretoria do Conselho Federal de Psicologia, gestão 2017-2019

de mera executora de um saber técnico, um saber pensado de uma maneira abstrata, mas era a de colocar-se nesse campo como uma profissão que tem algo a propor, algo a analisar do próprio campo das políticas públicas. Por isso eu digo que esse exercício de pensar a dimensão subjetiva da realidade, mais especificamente, dos fenômenos sociais do campo das políticas públicas, é um exercício importante porque nos coloca como profissionais que têm algo próprio a dizer para essa realidade. E têm a dizer de uma maneira que considera as demandas colocadas e considera uma contribuição específica.

Portanto, acho que há é outra afirmação que podemos fazer: a de que devemos estar no campo das políticas públicas sem perder de vista que vamos contribuir com a leitura da subjetividade, com o reconhecimento da presença dos sujeitos e do que determinadas ações impõem sobre a vida dos sujeitos, sobre a forma como eles percebem e sentem, sobre suas expectativas e afetos. Ao mesmo tempo podemos identificar que a forma como as pessoas percebem, sentem, vivenciam a realidade coloca demandas para a atuação em políticas públicas. Considero que a leitura sob esse viés da dimensão da vida dos sujeitos, da subjetividade, é a nossa contribuição nesse contexto, e devemos falar disso de uma forma cada vez mais clara, mais presente, mais específica.

Nesse sentido, como eu dizia acima, a análise de como eu vejo a atual conjuntura e a presença da Psicologia nela, vai tomar emprestada a fala de outros colegas, de outras áreas, mas para dizer, junto a esse saber, o que a Psicologia pode acrescentar. E nessa mesma direção eu falava sobre avanços nos últimos anos e sobre a necessidade da resistência.

A necessidade da resistência é um acordo entre parcelas importantes da sociedade brasileira. A resistência ao desmonte das políticas sociais impetrado pelo golpe jurídico-parlamentar-midiático ocorrido em 2016 é algo com que todas as forças progressistas da nossa sociedade estão de

acordo. De nossa parte, também estamos de acordo, nós psicólogas(os)(os) progressistas que pensam uma nova sociedade. Por isso aquela frase de Rotelli, porque entendo que muitas das questões de que a Psicologia trata apontam para a necessidade da transformação social. Apenas em uma sociedade nova, efetivamente, a violação dos direitos, o sofrimento causado pela violação dos direitos poderá ser superado. Na direção de uma nova sociedade é preciso resistir e tentar manter os avanços que tivemos, avanços que têm a ver com a conquista de políticas para a garantia de direitos.

Faz parte, então, dessa resistência, considerar a dimensão subjetiva da realidade presente, por exemplo, na experiência de reconhecer, afirmar, reivindicar, atender direitos sociais. Não podemos perder de vista que estar nesse campo, trabalhar na saúde, assistência, na educação, ou na defesa daqueles direitos que são mais violentamente desrespeitados na nossa sociedade, requer considerar a dimensão subjetiva constituída e constituinte dos fenômenos aí presentes. As questões colocadas neste seminário, a respeito dos povos indígenas, da população negra, dos remanescentes dos quilombos, de toda perspectiva dos quilombolas, daqueles que são mais violentamente invisibilizados e desrespeitados, devem também ser consideradas na sua dimensão subjetiva.

Estar no campo das políticas públicas significa afirmar direitos, e afirmar direitos como direitos sociais. E nessa compreensão devemos incluir a leitura da dimensão subjetiva. Podemos analisar como esses direitos que hoje embasam as políticas sociais, como os direitos que devem ser o mote da defesa de uma posição, que eu dizia, progressista frente à realidade, como eles foram sendo compreendidos, formulados e como estão hoje ameaçados na nossa realidade, na atual conjuntura. E podemos agregar uma análise de dimensão subjetiva quando falamos disso, porque podemos identificar como as pessoas percebem os direitos, o que entendem por direitos,

como se colocam e como se sentem em relação ao que consideram seus direitos e direitos de outros. Quando eu falo *pe-soas*, incluo a população que deve ter seus direitos garantidos, mas também os gestores, os formuladores de políticas, os que as implementam e as executam.

Avaliar, nas políticas existentes, em que medida os direitos sociais estão ou não sendo reconhecidos e atendidos, passa por considerar uma vivência do que é ter direitos; por considerar a compreensão que se tem de quem é o outro, de como se dá a relação com o outro que também tem direitos; e por considerar como são vivenciados esses aspectos envolvidos nas políticas. Isso é um exemplo do que é fazer a análise da dimensão subjetiva. Em outro nível, essa análise passa também por uma compreensão de qual sociedade se quer, que projeto societário, que tipo de relações e de sociabilidade se defende para essa sociedade. É nesse viés que se pode entrar com a leitura da dimensão subjetiva.

O que se passa em uma sociedade onde a prioridade são direitos individuais e não sociais? Onde, e as pesquisas que realizamos sobre desigualdade social mostram isso, onde a própria noção de direito, de ter direitos é absolutamente frágil, é absolutamente difusa, pouco vivenciada; o que se passa nessa sociedade? São aspectos que incluem uma dimensão subjetiva que deve ser considerada.

No caso da nossa sociedade brasileira podemos entender essa prioridade aos direitos individuais e essa experiência frágil com a vivência de direitos pela nossa história. Os direitos sociais significam historicamente no capitalismo, esse modo de produção que produz cotidianamente desigualdade, significam, nesse contexto geral, uma conquista. Não é à toa, entretanto, que os direitos sociais não representam, em nossa sociedade, uma vivência possível, clara e compartilhada. Vários elementos de nossa história contribuem para a produção de uma dimensão subjetiva da realidade em que a vivência de

ter direitos, a vivência de igualdade e democracia, são frágeis e tênues, sobrepostas por questões ideológicas e valores que vão em outra direção (SOUZA, 2009; GONÇALVES, 2010; 2015).

Os direitos sociais são uma conquista histórica que afirma que o mínimo de vida digna, o mínimo de condições para uma sobrevivência decente, o mínimo de acesso àquilo que a humanidade conquistou, deveria ser garantido para toda a sociedade. É conquista, no âmbito das contradições da sociedade capitalista (SINGER, 2003), porque não é isso que a sociedade capitalista produz e permite para todos, dadas suas características. Sabemos que a sociedade capitalista está calcada em noções de indivíduo e de direitos individuais, e de mérito dos indivíduos que devem lutar pelos seus direitos individuais, noções que se contrapõem à ideia de uma socialidade pensada na igualdade. Temos aí uma primeira dificuldade para trabalhar, que é a própria noção de igualdade.

A história mostra que *igualdade* foi uma das palavras de ordem da burguesia quando fez a revolução e implantou o capitalismo. Igualdade. Mas os anos, os séculos que se passaram nesse processo histórico mostram que *igualdade* tem diferentes sentidos. A noção de igualdade pode estar marcada, calcada apenas na ideia de indivíduo e de individualidade, de direitos individuais. Isso porque a ideia de direito, que aparece nessa forma como conhecemos hoje, essa noção de direito individual foi produzida nesse mesmo processo histórico de implantação do capitalismo. Ou seja, quando falamos de igualdade como palavra de ordem da burguesia, falamos, de uma noção de igualdade calcada, em um primeiro momento, em uma ideia liberal de sujeito, uma ideia de *indivíduo* que tem seus direitos (SINGER, 2003; GONÇALVES, 2010). E aí trabalhamos com a ideia da igualdade como uma igualdade que é, como eu digo, *de saída* (GONÇALVES, 2003). Todos nascem iguais, mas, daí para diante, cada um deve atuar para conseguir tudo que precisa para se realizar, no âmbito

da realidade social competitiva e organizada pelo mercado. Então, podemos dizer que é igualdade de saída.

Uma igualdade de saída que, sabemos, os séculos seguintes mostraram isso, colocou os indivíduos no mercado, disputando o seu sucesso e a sua realização, e foi alimentando concepções individuais, de direitos individuais, calcados na ideia de que cada um tem que ter as capacidades necessárias para a vida social. Nesse processo aparecem, naturalmente, as diferenças individuais. Caberia, então, à sociedade criar as condições para que cada um possa disputar e competir para alcançar o melhor lugar possível. Nesse sentido, podemos dizer que é uma igualdade de saída.

Todos nascem iguais. Entretanto, quando fazemos a análise crítica disso, já percebemos que... não exatamente. O “nascem iguais” não é verdadeiro, e o “daí para diante” menos ainda. Por isso contrapomos a essa ideia de igualdade de saída uma ideia de *igualdade de chegada*. Todos devem chegar ao mesmo patamar digno de vida e de realização. E pensar numa igualdade de chegada, necessariamente traz a questão dos direitos sociais. Temos que garantir direitos para todos, não por um suposto mérito individual próprio, que naturalmente estaria dado, mas dentro de uma análise crítica, histórica que considere as condições em que as pessoas estão colocadas, que, na maior parte das vezes não dependem delas individualmente, mas são produzidas social e historicamente.

Dessa forma, passamos a pensar em uma igualdade que tem que ser conquistada por meio da garantia de direitos sociais, que exatamente por que são sociais, não consideram cada indivíduo isoladamente, mas levam em conta todo um contexto social, toda uma sociedade que deve produzir condições para que todos alcancem o mínimo da vida digna. Uma vida digna na possibilidade já configurada historicamente, a partir daquilo que foi produzido historicamente pela humanidade. E que só não está dada para todos igualmente

porque esta mesma história criou formas desiguais de distribuição e de acesso àquilo que foi sendo produzido.

Estou trazendo aqui uma discussão que entendo que não pode estar apartada da nossa presença no campo das políticas públicas sociais. E por quê? Porque as forças progressistas a que eu me referia, que defendem os direitos sociais, que apontam o desmonte têm de compreender que isso se trata, se refere a um plano, a um projeto de sociedade que luta pelo fim da desigualdade, que luta pela garantia de direitos para todas as pessoas. Faz com que, dada a realidade de desigualdade extrema que temos em nossa sociedade, tenhamos que falar, juntamente com direitos sociais, em direitos humanos, o direito fundamental da pessoa humana. Por quê? Porque a violação de direitos sociais agride a pessoa humana, pessoa humana essa que também é conquista histórica, mas é uma conquista que está dada para poucos.

Essa é, então, a primeira reflexão. Quer dizer, fazer análise da conjuntura requer reconhecermos por que lutar pelos avanços conquistados. Podemos dizer que é porque esses poucos avanços dos últimos anos caminham na direção do enfrentamento da desigualdade, de todas as desigualdades, a desigualdade social e as suas diversas expressões. E porque a afirmação de direitos sociais explicita a contradição de uma sociedade que produz cotidianamente desigualdade, uma vez que, como eu dizia, os direitos sociais fazem referência à ideia de uma igualdade de chegada, para além da igualdade de saída.

Outra forma de traduzir essa discussão, que também tem muita relação com a atual conjuntura, é percebermos que essa disputa, entre um projeto de sociedade que prioriza direitos individuais e um projeto de sociedade que prioriza direitos sociais, ela aparece de várias formas; e aparece também na disputa entre concepções de Estado, entre perspectivas mercantis ou perspectivas de Estado garantidor de direitos.

Na perspectiva mercantil, é o mercado que oferece serviços

que garantem os direitos. E, nesse caso, não é preciso estabelecer diferenças entre direitos individuais e direitos sociais, pois a resposta a demandas deles decorrentes deve ser igualmente ofertada pelo mercado. E isso ocorre na disputa competitiva de um mercado que é tomado pelas concepções liberais e neoliberais e é concebido como obedecendo a um movimento natural. É a ideia de que as leis do mercado com a sua mão invisível regulam a relação entre demandas e oferta e estabelecem o equilíbrio.

A realidade histórica está mostrando nesses últimos séculos, não são anos, nesses últimos séculos, que isso não é verdade. Não existe essa mão invisível do mercado. Há leis, sim, que atuam, às vezes não de forma invisível, mas, ao contrário, de uma forma bastante visível, atuam para manter interesses dominantes, para manter interesses de determinados grupos, para beneficiar as elites econômicas, que se confundem, principalmente no nosso país, com as elites políticas. Fica desmascarada, quando se considera essa relação, essa ideia de que o mercado na sua tendência natural de equilibrar, pela competição, as disputas, levará todos ao sucesso. Não é verdade.

Nesse sentido, há que se avaliar quais concepções atravessam a visão de Estado, se a concepção mercantil ou a concepção pública (SADER, 2018). Sendo que a primeira termina por reduzir os direitos a direitos individuais, na lógica de que o mercado é o lugar social do sujeito individual. Diferentemente disso, direitos sociais requerem espaço público de realização e demandam essa concepção de Estado, como esfera pública.

Na discussão posta nestes tempos sobre a economia do país, o ajuste fiscal, a necessidade de equilíbrio das contas públicas, a necessidade de corte aqui, de corte ali, percebe-se, exatamente, a disputa entre uma concepção mercantil e uma concepção pública de Estado. Ou seja, uma concepção que defende o atendimento de demandas relativas a direitos pelos

serviços prestados via mercado, reduzindo as políticas a itens de consumo; e uma concepção que pensa direitos como direitos sociais, que pensa como alcançar a igualdade de chegada e, portanto, responsabiliza a sociedade, via o Estado como ente público, pela garantia dos direitos. Essa disputa está cotidianamente colocada e podemos pensar em vários exemplos.

Outro ponto que deve ser considerado neste debate é a desigualdade estrutural que marca a sociedade brasileira, a qual deve ser considerada nas particularidades históricas do país. A compreensão da desigualdade remete, antes de qualquer coisa, à desigualdade de um modo de produção, de uma sociedade capitalista que a mantém e reproduz.

Diante dessa desigualdade, como psicólogos e psicólogas, devemos entender minimamente, mesmo reconhecendo que se trata de um tema que às vezes é árido para nós. Mas, devemos entender considerando aspectos complexos de como está se dando o desenvolvimento econômico da sociedade, entender que temos crises profundas que são crises no nosso país, mas que têm, na base, uma crise internacional do capitalismo. Crises estas que são cíclicas e que mostram a impossibilidade de realização daquilo que o próprio capitalismo pregou, mostram a ilusão de que se todos se inserirem no mercado de acordo com suas regras, um dia todos serão felizes e alcançarão sua realização. Não, isso não se realizará dessa forma. Está posto que não, e está posto em um dado que eu queria lembrar, que tem sido divulgado de várias maneiras, que é o fato de que aumenta cada vez mais a concentração da riqueza no âmbito do capitalismo. Até mesmo os defensores do mercado estão preocupados com isso, porque é um fato que evidencia a falácia dessa economia de mercado, que aposta na competição para se alcançar um patamar mínimo e formal de “igualdade”, considerando os que ficaram de fora como incompetentes, incapazes. Isso evidencia, além dos aspectos já apontados acima, uma forma de pensar

individualizante, em que se explicam fenômenos sociais por meio do desvio, da anormalidade, da incapacidade de indivíduos que, de alguma forma, saem da norma (VELHO, 2003).

Mas, como dizia, até mesmo quem aposta nisso na livre disputa, no livre movimento do mercado, onde se expressam as capacidades individuais para que o equilíbrio natural seja alcançado, até mesmo esses estão assustados com o alto nível de concentração de riqueza que o capitalismo gerou. Dados veiculados recentemente indicam que 1 % da população mundial concentra 50 % de toda a riqueza mundial, e os outros 50 % estão também desigualmente distribuídos pelos restantes 99 % (OXFAM, 2017).

Então, podemos dizer que, com essa alta concentração da riqueza, a ideia de igualdade individualizante, aquela que é “de saída”, é uma falácia. Não se alcança a igualdade tendo como ponto de partida essa suposta igualdade; na verdade, sabemos, nem “na saída” se dá a igualdade. O que se vê o movimento de reprodução da desigualdade está mantido e está preocupando como eu dizia, até os defensores da economia de mercado. Porque termina por mostrar que não tem legitimidade ideológica nenhuma a aposta no mercado para equilibrar a economia, para equilibrar o desenvolvimento social.

Como dizíamos acima, nosso país é estruturado na desigualdade, o nosso país além de ser internamente desigual, ele ocupa um lugar peculiar na desigualdade do capitalismo internacional. A desigualdade é a marca da sociedade brasileira, que além de ser resultado desse movimento geral do capitalismo, tem peculiaridades oriundas da história do Brasil, reflexo de quase quatrocentos anos que tivemos de colonização e de escravidão, aspectos que estão sendo abordados neste seminário.

Não temos, no Brasil, uma história qualquer. Temos uma história de um tipo de colonização no Brasil, de um tipo de escravidão no Brasil que deixou marcas. Sabemos que traz, até hoje,

marcas profundas; traz marcas que estão presentes na maneira como o Brasil supostamente se modernizou para a era industrial.

Podemos dizer que essa modernização foi cheia de percalços e ela nunca significou uma superação completa dos valores oligárquicos, dos valores que justificavam e legitimavam a exploração da colônia e a exploração dos negros pelos brancos. Esses valores que justificavam e legitimavam aquilo que se passou no Brasil colônia, no Brasil da escravidão não foram superados. E quando eles se encontram com essa ideia de igualdade moderna, que tem relação com o desenvolvimento industrial, com uma suposta modernização do Brasil, temos como resultado a peculiaridade que é este Brasil absolutamente contraditório, onde simplesmente se nega a desigualdade, sem enfrentá-la.

Nega-se, por exemplo, a desigualdade racial. Sabemos que a sociedade brasileira passou muito tempo negando a desigualdade racial e dizendo que o Brasil era uma democracia racial, que aqui não existiria racismo, etc.. Só há pouco tempo, com a luta dos movimentos negros, se consegue evidenciar toda essa história de desigualdade, de dominação racial.

Em relação aos indígenas, de outra forma, ocorre a mesma coisa. Durante uma boa parte da nossa história os povos indígenas ficaram absolutamente ignorados pelo nosso imaginário social. Quer dizer, tem-se uma ideia de que o Brasil surgiu a partir de uma colonização, e a partir dos europeus, e depois com os povos escravizados. E praticamente desconhecemos a realidade dos povos originários no Brasil. Aqui mesmo foi dito, na mesa anterior, que o próprio Mato Grosso do Sul, que tem a segunda maior população indígena do país, com oito povos indígenas diferentes, a própria população do Mato Grosso do Sul desconhece os povos originários aqui da terra. Então, vejam, como foi grave essa invisibilização, essa desconsideração total dos povos originários. Foram massacrados, foram espoliados da sua cultura, das suas terras e tudo mais. E também, só recentemente, com muita luta desses povos, que enfrentam

muita violência contra a população indígena, que essas questões começam a ser colocadas.

Na nossa história de Brasil, na nossa história de luta progressista pela igualdade, temos de falar dessa desigualdade específica produzida na história brasileira. Por isso a questão dos direitos sociais tem que ser repensada e ser colocada considerando o caso dos quilombolas, dos povos indígenas, dos povos originários, dos povos negros, do povo negro que tem essa história de escravidão com essas características.

Nesse sentido, no caso do Brasil, falar de desigualdade não é falar de pouca coisa. É perceber como se aliança, como se articula essa desigualdade geral produzida pelo capitalismo com as desigualdades nossas, específicas da nossa história. E elas só se cruzam para o mal, vamos dizer assim; não tem o lado para o bem e para o mal, aqui é só para o mal, porque essa imbricação só agrava as desigualdades que temos no nosso país.

Se queremos, realmente, pensar em uma sociedade que supere, que enfrente a desigualdade, temos de considerar todos esses elementos. E se estamos falando de direitos sociais, pensando, como eu dizia de início, que direitos sociais apontam para uma concepção de igualdade de chegada, temos de dar conta de quais direitos sociais na nossa realidade, nas inúmeras situações específicas da nossa realidade temos de considerar e garantir.

Afirmei anteriormente que, de alguma forma, as forças progressistas do país conseguiram algum avanço nos últimos trinta anos e que hoje tem que haver alguma forma de resistência ao desmonte. Disse isso considerando que a Constituição de 1988, que é o marco que nos interessa — neste ano comemoramos trinta anos da Constituição de 1988 — ela não é perfeita, sabemos disso. Ela não é a Constituição do sonho dos setores progressistas. Mas ela significou um avanço sim, no pacto nacional, onde as forças progressistas, que lutavam por direitos, ganharam espaço. Não podemos perder isso de vista.

Ganhou espaço a luta por direitos sociais, e ganhou espaço a partir da afirmação dos direitos sociais na nossa Constituição. Se voltarmos a ela, eles estão todos afirmados lá, o direito à saúde, o direito à educação, que são os que mais mencionamos; o direito à assistência social, o direito à moradia digna; o direito à comunicação, que é algo de que se fala pouco, mas que é também um direito social; o direito dos povos indígenas, o direito à terra; o direito à diversidade de todas as expressões culturais, oriundas dessa história onde temos uma parcela da população que vem de povos escravizados; quer dizer, tudo isso de alguma forma está previsto na nossa Constituição, a garantia desses direitos.

Entretanto, a partir de 1988 foi necessário regulamentar o que estava como direito na Constituição em leis que fizessem efetivamente acontecer políticas públicas que garantiriam os direitos. É quando surgem novas dificuldades, diversas dificuldades para se conseguir os poucos avanços que estão agora sendo desmontados. É necessário analisar esse processo histórico, isso é importante para se entender porque é preciso resistir. E é necessário também entender qual foi e qual tem sido a participação da Psicologia nesse processo.

Uma parcela da categoria, de psicólogos e psicólogas, de pesquisadores, de pessoas ligadas à formação em Psicologia, participou desse processo de luta pelos direitos sociais e, a seguir, de implementação de políticas públicas sociais que garantissem efetivamente esses direitos. Entretanto, é preciso analisar o que ocorreu na década de 1990.

Na década de 1990 ocorre uma investida neoliberal, que tira do Estado, ou dificulta que seja do Estado a atribuição de assumir a implementação dessas políticas que deveriam garantir os direitos previstos na Constituição, e isso trouxe várias dificuldades. Temos vários exemplos disso, revelando o embate entre um projeto societário que aposta no enfrentamento da desigualdade por meio da implementação de políticas

públicas que garantam direitos sociais; e outro projeto, que desresponsabiliza o Estado dessa tarefa, abrindo para o mercado parte dos serviços de atendimento das demandas sociais.

A história de implantação do SUS (Sistema Único de Saúde) mostra desde sempre esse embate. Se foi possível a criação do sistema público de saúde, que já foi implementado na década de 1990, as dificuldades de sua consolidação e ampliação regular revelam a disputa presente na sociedade entre esses modelos. É importante acompanhar o processo de implantação do SUS, mais à frente do SUAS (Sistema Único de Assistência Social); também a promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a criação do Sistema de Garantia de Direitos de Criança e Adolescente, porque revelam a disputa por projetos diferentes, em que o papel do Estado também é diferente — como apontado anteriormente, revelando um caráter mercantil ou público.

A implementação das políticas sociais revela de várias maneiras esse embate. É possível analisar, por exemplo, em que medida os princípios das políticas sociais são efetivados, dentre eles o princípio da universalidade. A implantação do SUS um sistema que foi fruto da luta do movimento social pela saúde, explicita esse princípio, estabelece que a saúde é direito universal. Ele não é garantido para quem pagou uma determinada contribuição, ou para quem tem uma determinada condição, é direito de todos. Essa ideia do direito universal coloca o que apontei anteriormente, a ideia de igualdade como chegada, todos têm de chegar lá. Por isso direito universal, todos têm de ter a saúde como um direito bem atendido e garantido. Então, não depende de contribuição específica. Não importa se pagou, se contribuiu, se deixou de contribuir, qualquer pessoa tem direito a atendimento em saúde.

Da mesma forma, qualquer pessoa tem direito à educação, qualquer pessoa tem direito à assistência social. A assistência social tem um foco mais dirigido para determinada

parcela da população, mas mesmo aí a gente tem a lógica da universalidade. Então essa luta por direitos universais ela resultou em princípios colocados na Constituição; e ela resultou em formas de realizar isso.

Conhecemos o exemplo do SUS como o mais bem-sucedido, o que mais avançou talvez, porque começou antes, porque começou com o movimento social que mobilizou amplas parcelas da população na defesa da saúde com essa perspectiva, com a ideia de promoção de saúde, de uma perspectiva de atendimento universal e tudo mais. Entretanto, sabemos que, por brechas na Constituição e pela investida neoliberal da década de 1990, observamos, desde o surgimento do SUS, a disputa com o setor privado. É aquela disputa a que já me referi: mercado ou Estado? E não basta apontar o Estado como oposto ao privado, para dizer se se trata de um serviço, um atendimento privatizado ou não. Trata-se de analisar o próprio Estado como concepção de público *versus* a concepção de privado, de mercantil na verdade. Então a disputa que se tem não é de contraposição público-privado; a disputa de fundo é público *versus* mercantil (SADER, 2018).

Quer dizer, nós vamos apostar em um espaço público de garantia de direitos, ou em um espaço em que o mercado é quem vai gerir a garantia de direitos? Eu acho que é essa a discussão. E eu estou falando da década de 1990, porque ela significou um período difícil também, com algumas semelhanças com o período atual. Não se trata de avaliar se foi um período mais ou menos difícil do que o presente. Mas, é importante reconhecer os enfrentamentos que foram necessários na década de 1990, com a particularidade de ser o início da implementação de políticas sociais com aquela perspectiva que estava na Constituição, de garantia universal de direitos sociais, algo que se deu juntamente com a investida neoliberal e a perspectiva de *menos Estado e mais mercado*. A conjuntura econômica e política desse período deu espaço para o crescimento das forças,

dos setores privados tanto na saúde, como na educação e outras áreas. É a disputa entre o público e o mercantil acontecendo. As dificuldades de financiamento do SUS passam também por essa disputa. Desde o seu início, o SUS encontra dificuldades no seu financiamento, porque está em disputa, em última instância, com o setor privado; na verdade, é a disputa entre o setor mercantil e o setor público. E isso vai bater em todas as formas de decisão sobre como alocar recursos no SUS.

Se pensarmos em outro grande sistema de garantia de direitos, o Sistema de Proteção Integral da Criança e do Adolescente, também podemos observar essa questão. Em relação ao atendimento de crianças e adolescentes sempre tivemos, desde esse período, décadas de 1980, 1990 uma grande parcela da categoria envolvida com essas questões; e pudemos observar também aí, na discussão do Sistema de Garantia de Direitos e Proteção Integral, o atravessamento por essa investida neoliberal. Como? Com aquela ideia muito propagada na época e muito desenvolvida, de desenvolvimento das políticas pelo Terceiro Setor. Que Terceiro Setor era esse? Em grande parte, o terceiro setor era, na verdade, aquele que se institucionalizou depois das lutas dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. Observa-se um grande crescimento de ONGs que vão realizar o trabalho de assistência à criança e ao adolescente. Podemos dizer que se instala a terceirização, a lógica da terceirização da política, na medida em que não são setores do Estado, necessariamente, que vão executar as políticas diretamente. A diversidade nesse campo é grande, e pode-se encontrar trabalhos muito bons, em ONGs sérias; mas também trabalhos frágeis, em outro tipo de instituições. As implicações são muitas e, ao mesmo tempo em que se avança na criação da Rede de Proteção Integral, avança-se também em situações de trabalho precário, de políticas instáveis, de fragmentação da política, aspectos com que estamos nos havendo até hoje.

A seguir, já na década de 2000, tivemos a implantação do SUAS. Na verdade, a questão da assistência social teve maior demora na implementação da nova perspectiva trazida pela Constituição porque era muito forte nesse meio a perspectiva assistencialista, porque essa política sempre esteve muito atrelada à ideia do “primeiro-damismo”, às benesses distribuídas pelos políticos do baixo clero, enfim, e foi difícil desatrelar o setor e transformar a assistência social em direito. Isso só vai acontecer, na verdade, nos anos 2000, com a Política Nacional de Assistência Social em 2004 e com a criação do SUAS em 2005.

Esses exemplos mostram como a década de 1990 foi contraditória. Por um lado, implementação de políticas sociais com vistas a essa igualdade de chegada; por outro, a investida neoliberal que aposta no mercado, contra a qual é necessário se opor.

Nesse sentido se fala em avanço a partir de 2003, porque 2003 significou uma guinada nesse processo; significou maior investimento e maior cuidado com as políticas sociais sob responsabilidade do Estado. Isso não quer dizer que necessariamente toda a execução das políticas sociais passou a ser feita diretamente pelo Estado. Continua existindo o envolvimento de outros setores da sociedade, para executar as políticas, mas aumentou não só o investimento direto, como também aumentou o investimento no controle do setor privado que executa as políticas públicas.

Pegando, por exemplo, o atendimento de adolescentes no âmbito do SGDCA, observa-se, como já foi apontado, certa fragmentação, dos anos 1990 até o início dos anos 2000, na execução das políticas; entre outras ações, podemos citar o caso das medidas socioeducativas aplicadas pelas ONGs. Com muitos desafios e muitas dificuldades, ocorre, nos anos 2000, a criação do SINASE, Sistema Nacional SocioEducativo. Qual é a perspectiva com a criação desse sistema? A perspectiva é que, mesmo quando se faz convênios, parcerias com o setor privado para execução de uma política, no caso as medidas socioeducativas

previstas no ECA, tem que haver diretrizes gerais e um controle por parte do Estado, porque o Estado representa o que a sociedade acordou para garantir direitos sociais. Por isso a importância do SINASE, por exemplo. Não se pode fazer qualquer coisa em uma medida socioeducativa, é necessário realizar um trabalho que garanta certos princípios, que garanta uma linha geral de diretrizes e que consiga efetivamente garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.

A criação do SUAS representou isso também. Foi um basta a certa política de “enxugar gelo”, de levar colchão quando ocorre enchente, de dar cesta básica quando as pessoas estão morrendo de fome, de arrumar uma cadeira de rodas por favor. Não! Assistência social é direito e, portanto, ela tem que estar efetivamente estruturada em um sistema que tem seus equipamentos, que tem uma lógica, que tem uma lógica de complexidade, que tem níveis de complexidade, proteção básica, proteção especializada, de média e alta complexidade, quer dizer, tudo isso pensado para que efetivamente não se tenha o desenvolvimento da política de acordo com o governo de plantão, mas de acordo com diretrizes gerais pactuadas socialmente e representadas em um sistema estruturado.

Então, vejamos que, quando se fala em avanços a partir de 2003, é disso que estamos falando, não só de mais recursos investidos nas políticas sociais, mas investidos na direção da universalização dos direitos e na perspectiva dos direitos sociais. Podemos dizer que tudo isso não aconteceu sempre da melhor forma, podemos dizer que ainda temos muitos problemas, é verdade, mas nós temos de olhar qual era a direção para a qual se caminhava: era direção de garantia de direitos sociais, era direção de tornar o Estado, como representante da sociedade com todas as suas contradições, como aquele que vai controlar e vai gerir, e vai garantir diretrizes gerais das políticas acordadas por toda a sociedade na direção dos direitos sociais. Daí o investimento no

SUS, no SUAS e outras áreas e setores, com essa perspectiva.

Sabemos que, além disso, os governos Lula e Dilma investiram também em outras questões que são emergenciais, dada nossa história, questões que devem ser analisadas à luz dessa mesma perspectiva. Uma delas é a questão de investir no ensino superior, por meio do aumento de vagas nas escolas públicas, e também pela criação do ProUni, como uma forma de aumentar rapidamente o acesso ao ensino superior. Por que rapidamente? Porque é uma emergência; é uma emergência em um país com o nível de escolaridade de nível superior que o Brasil apresentava. Então, na minha avaliação, as políticas públicas dos governos Lula e Dilma, elas foram contrabalanceando, foram investindo mais a médio-longo prazo nos sistemas, na lógica de garantia dos direitos sociais, e criando as condições para isso, como nos exemplos que mencionei, do SUS, do SUAS, do SINASE. Mas, vão também atacando aquelas situações mais emergenciais, por exemplo, com a criação de vagas via ProUni, além de criar vagas nas escolas públicas. A criação de vagas públicas requer maior investimento, é um processo mais demorado, então o ProUni de alguma forma resolveria isso mais rapidamente.

Da mesma forma há várias iniciativas de criação de políticas para a defesa da mulher, reconhecendo que a violência contra a mulher é uma questão urgente, que não pode esperar o SUAS todo se estruturar, e o SUS se estruturar amplamente para atender as mulheres vítimas de violência; é necessário ter uma intervenção mais imediata. A mesma coisa se dá em relação às políticas de igualdade racial. Além disso, essas políticas específicas sinalizam a amplitude de direitos que se considera. Nesse sentido, as políticas da Secretaria Nacional de Direitos Humanos vinham nessa direção de atender a setores onde a garantia dos direitos, vamos dizer, pelas vias mais institucionais, seriam de médio e longo prazos, e esses setores não poderiam

aguardar frente a questões de desrespeito e violação de direitos muito graves. Essa perspectiva sinaliza, então, a defesa de Direitos Humanos, ampliando a noção de direitos sociais e reconhecendo que, historicamente, quando direitos sociais não são garantidos, os direitos humanos são violados.

Já mencionei isso, a nossa história é de desigualdade profunda e é uma história de desigualdade acompanhada de extrema violência. A discussão mais recente da desigualdade nos tem obrigado a reconhecer também essa violência. A história brasileira não é a história do homem cordial, do povo cordato, do povo feliz e alegre. Quando nos aprofundamos, vemos quanta violência existiu na história brasileira que foi simplesmente encoberta. É necessário apontar as desigualdades profundas e fazer o enfrentamento delas, lutando pelos direitos sociais.

Podemos, então dizer que 1988 é um marco, com a Constituição; a década de 1990 é um marco pela luta que foi grande e difícil para a implementação das políticas públicas que deveriam garantir os direitos sociais, em um contexto em que o neoliberalismo faz uma investida forte. Mas, é possível dizer também que, a partir de 2003 ocorre um investimento de novo tipo em políticas públicas que vão garantir os direitos sociais, ampliando e fortalecendo seu alcance.

As políticas de transferência de renda, que envolvem polêmicas e têm avaliações diversas, não podem deixar de ser consideradas, apesar disso, como políticas públicas que incidiram sobre as desigualdades. Os dados são inúmeros sobre como as políticas do Bolsa Família; do salário mínimo reajustado para além da inflação, como forma de repor o déficit acumulado historicamente; como determinadas políticas que são criticadas porque não são estruturais, porque são focalizadas, como todas essas políticas efetivamente incidiram sobre a desigualdade (POCHMANN 2015; CAMPELLO; NERI, 2013). É nesse sentido que podemos dizer que tivemos avanços; e

essas mudanças, aliadas ao desenvolvimento das políticas sociais, que evidenciam, pelo menos isso, evidenciam a necessidade de se ter um processo, de enfrentamento e de garantias dos direitos sociais, isso mexeu com a desigualdade social.

Uma das avaliações que os economistas têm feito é sobre as mudanças no índice de Gini, para considerar se mudou nos últimos anos, o quanto mudou. O índice de Gini é um índice exatamente para medir a desigualdade, quanto mais perto de zero, menor a desigualdade e quanto mais perto de um, maior a desigualdade. Quando se verifica uma queda no índice de Gini, isso significa que em algum lugar, em algum contexto, em alguma situação se deu diminuição da desigualdade. Nos últimos anos, as análises da economia brasileira mostram contextos em que houve queda do índice, e outros contextos em que não; dados que mostram uma alteração, com diminuição; entretanto, dados de séries mais longas que mostram estabilidade, que não teria havido queda no índice. O que essas análises mostram, afinal? Elas mostram que há desigualdade no Brasil e ela é profunda; entretanto, mostram também que se mexeu nessa estrutura desigual com o avanço das políticas que miravam os direitos sociais. E que por isso estou chamando de progressistas.

Políticas que miravam enfrentar a desigualdade, miravam a garantia de direitos sociais, o enfrentamento da violação de direitos humanos e, com isso, conseguir alguma alteração na nossa vida social. Tanto conseguiram que não é por outro motivo, quero dizer, é por muitos motivos, mas também por isso que elas estão sendo simplesmente solapadas, essas conquistas estão sendo simplesmente derrubadas numa velocidade, depois do golpe, que é difícil de acreditar.

Nos últimos dois anos, depois do Golpe de 2016, todos os dias temos alguma notícia de uma mudança que derruba alguma conquista dos últimos anos. Derruba uma grande coisa, uma política estruturada, como é o caso da Reforma Trabalhista, da tentativa de Reforma da Previdência

Social, da *PEC do fim do mundo*, PEC 55 ou 241. Essas são grandes mudanças. Mas, há pequenas mudanças, diariamente, em vários setores, sempre na direção de desmontar políticas sociais produzidas nos últimos quinze anos. São mudanças na estrutura dos conselhos de controle social, quando, de repente, surge uma resolução que muda a composição de um Conselho Nacional. Mudanças na educação, sem debate, com a mudança no ensino médio, quando há um Plano Nacional de Educação (PNE) amplamente discutido com representação de movimentos sociais. A área da educação se organizou fez uma ampla discussão para discutir o PNE e de repente, em pouco tempo surgem mudanças no ensino que desrespeitam completamente esse plano.

Tivemos também — e essa alteração para mim é emblemática — uma mudança na lei da adoção. A lei da adoção que existia antes do golpe foi fruto de um longo processo de discussão que alinhava a questão da adoção com a questão do respeito aos direitos das crianças e adolescentes, ao ECA, a toda a luta pelo Sistema Integral de Garantia dos Direitos, pelo direito da criança ficar com a sua família biológica, e, se a sua família biológica não tem condições, o Estado há de garantir que hajam essas condições mínimas, e portanto, atender a criança, não atender só a criança, mas a família e criar toda a condição para que a criança esteja com a sua família. Então, a lei da adoção foi pensada em todos esses elementos, foi produzida por movimentos sociais que participam do tema, e aí, de repente, na calada da noite, temos uma mudança na lei da adoção, estabelecendo que o tempo para tirar a criança da família biológica e colocar para a adoção vai diminuir, estabelecendo que a adoção por estrangeiros não precisa demorar tanto quanto demorava antes, e facilitando uma série de questões para adoção, com o argumento falacioso de que na fila para a adoção a demora é grande, quando, na verdade, se está desresponsabilizando o Estado brasileiro de cuidar

das suas crianças, adolescentes e famílias. Então para mim é emblemático, no sentido de que nos toma de surpresa. Todos preocupados com a *PEC do fim do mundo*, com a reforma trabalhista, com a reforma da Previdência, e aí de repente muda a lei da adoção. Então, são muitas investidas contra os caminhos arduamente trilhados na direção da garantia de direitos.

Outra investida são as mudanças em relação à Estratégia da Saúde da Família no SUS, mudando a forma de financiamento, que está impossibilitando contratar novas equipes; isso enfraquece a Estratégia da Saúde da Família e tira força da Atenção Básica. Tivemos também o corte do orçamento do SUAS, como foi dito na mesa anterior. Enfim, são muitas investidas cotidianamente para esse desmonte.

Em relação à questão indígena, temos a questão do marco temporal, ameaçando tudo que se conquistou, e que não foi muito. Será importante ter a seguir, neste seminário, o testemunho das pessoas que estão aqui e que têm mais conhecimento da luta dos povos indígenas, a luta por seus territórios, agora fortemente ameaçada com a proposta do marco temporal.

Tudo isso já começa a produzir efeitos. Esse desmanche já começa a produzir efeitos. Nesta semana e na semana passada, duas notícias, na grande imprensa, chamaram a atenção. Uma notícia dizendo do aumento do nível de mortalidade infantil no Brasil, que aumentou depois de quinze anos de queda. Como sabemos, a mortalidade infantil é um índice absolutamente sensível, porque mostra outras questões da vida, da sociedade, em termos de riqueza, de renda, de acesso à saúde e tudo mais. Por isso é um índice sensível, que aponta para a piora nas condições de vida.

A segunda notícia aponta o risco de o Brasil voltar ao mapa da fome da ONU. O Brasil saiu do Mapa da Fome nos últimos

anos.⁴ Esse mapa mostra a quantidade de pessoas que ingerem menos do que o mínimo necessário de calorias por dia, o que está associado ao número de pessoas em pobreza extrema. Dados recentes sobre a situação econômica, a diminuição de cobertura de algumas políticas sociais e taxas de desemprego indicam um crescimento do índice de miséria e alertam para a possibilidade do Brasil voltar ao Mapa da Fome.⁵ Podemos ver que a rapidez do desmonte tem consequências igualmente rápidas, na piora da vida das pessoas.

O que a Psicologia tem a ver com isso? A Psicologia está lá, nas políticas públicas e, como eu dizia, deve pensar criticamente sobre sua intervenção. Ao atender o usuário, seja este usuário do SUS, do SUAS, na educação, ou em qualquer outra política onde as psicólogas estejam, devemos considerar que essa pessoa está nesse quadro histórico e nesse quadro de realidade desigual. Nesse sentido, é espantoso, por exemplo, como ouvimos aqui neste evento, que há profissionais que consideram que não trabalham com indígenas e por isso não atentam para as questões que afetam essa população. No Mato Grosso do Sul não há como não trabalhar com indígenas e em muitas políticas todos trabalham com indígenas.

O que isso mostra? Mostra que muitas vezes, e isso também foi mencionado e criticado aqui na mesa anterior, as psicólogas vão para as políticas públicas, vão atuar na execução da política, na formulação e execução da política, sem conhecer a

4 “O Mapa da Fome registra os países em que mais de 5 % da população ingere menos calorias do que as necessárias. O Brasil teve índices acima de 5 % até 2013 e em 2014 registrou índice de 3 %, saindo pela primeira vez do mapa.” LUPION, Bruno. Como o Brasil saiu do Mapa da Fome. E por que Ele Pode Voltar. Jornal Nexo, 23 jul. 2017. Expresso. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/23/Como-o-Brasil-saiu-do-Mapa-da-Fome.-E-por-que-ele-pode-voltar>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

5 “Analistas: perto da volta ao Mapa da Fome, Brasil vive ‘vergonha’ com 52 mi de pobres”. Jornal Sputnik Brasil, 17 out. 2018. Disponível em: <>. Acesso em 04 fev. 2019.

“Crise faz crescer risco de o Brasil voltar ao Mapa da Fome, diz ONU”. UOL: Política, 17 out. 2018. Disponível em: <>. Acesso em: 04 mar. 2019.

realidade e sem perceber especificidades dos sujeitos que se apresentam. E fazemos isso enquanto dizemos que nosso foco é o indivíduo, nosso cuidado é com o sujeito e a subjetividade, a singularidade, cada um, a sua experiência, etc. Fazemos muito esse discurso. Mas ele acaba sendo um discurso ideológico quando esse indivíduo que defendemos, como psicólogos e psicólogas em nossa atuação, é qualquer um, é universal e abstrato. E não vemos a real e concreta singularidade de um cidadão indígena, de um cidadão que vem de um quilombo, ou de um cidadão que tem dificuldade no acesso ao atendimento em saúde, ou que chega ao SUAS, ao CRAS ou a um CREAS, e não vemos ali a singularidade, essa concreta e aplicamos um saber pronto, universalizado e naturalizado. O primeiro passo para reconhecer a subjetividade e a dimensão subjetiva presente ali onde atuamos, é saber que toda essa população é atravessada por uma história de desigualdade, que tem uma característica geral, mas tem marcos específicos aqui no Brasil.

Ao mesmo tempo, entretanto, devemos reconhecer que a Psicologia já fez muita coisa. Quer dizer, quando recuperamos a história da década de 1990, percebemos que os anos 2000 permitiram, com o avanço das políticas sociais, uma mudança na inserção profissional das psicólogas, que obrigou à produção de novos saberes e novas práticas. Já foi dito também aqui na mesa anterior, que muitos psicólogos, 60 % da categoria registrada no Conselho Federal e nos conselhos regionais, estão nas políticas públicas de alguma forma. É muita gente, e é muita gente que às vezes vai atuar dessa forma que eu mencionei, com a concepção de sujeito que aprendeu na faculdade que é assim, concebido de maneira naturalizada, que teria determinadas etapas de desenvolvimento que valem para todos os sujeitos em qualquer tempo e lugar; ou que teria determinadas dinâmicas psíquicas que valeriam para qualquer sujeito, em qualquer tempo e em qualquer lugar. Ou seja, abstrai-se o sujeito de sua realidade concreta.

O CREPOP desenvolveu, ao longo dos últimos anos, uma forma de encontrar, de dar visibilidade ao que se faz nas políticas públicas na direção de práticas que respondam a essa realidade e, portanto, que trabalhem na direção de garantia de direitos sociais e que pensem o enfrentamento da desigualdade. Para isso, é necessário considerar as especificidades em cada tempo e lugar. Podemos dizer, então, que nós temos muita coisa já feita e já produzida. Há algum tempo atrás, quando nós começamos a fazer essa discussão, sobre a presença da Psicologia nas políticas públicas, era possível observar duas reações. Eu gosto de contar isso, acho importante lembrar disso, para que todos possam entender a importância do que temos agora.

Assim, tínhamos uma reação que era a de que a política pública não tem nada a ver com psicólogas, com a Psicologia, porque atendemos e cuidamos do eu, do indivíduo e isso não tem nada de público, é uma situação de âmbito privado; nesse sentido, não teríamos o que fazer nesse espaço. Essa era uma reação. Outra considerava que a Psicologia já estava nesse campo, uma vez que já atendíamos nas UBSs, nos CAPSs, por exemplo.

E essas duas visões não compreendiam que é de outra forma que devemos estar nas políticas públicas, entendendo um contexto de atuação atravessado por inúmeras determinações e que requer um posicionamento. Nós temos de ter uma posição. Queremos favorecer a igualdade de saída e as perspectivas mercantis, ou queremos favorecer a igualdade de chegada, os direitos sociais, e portanto, responsabilização pública pelos direitos sociais?

Não escapamos dessa reflexão e posicionamento. Se cada um pensar na sua atuação cotidiana verá que não escapa dessa contraposição, que às vezes não é evidente, não é exatamente assim que ela aparece, mas é disso que se trata.

Algum tempo atrás, como eu dizia, era difícil dizer o que a Psicologia tinha a ver com esse campo. Hoje, podemos

dizer que somos uma categoria que tem certa tecnologia para trabalhar, tem tecnologia social para trabalhar nas políticas sociais. Temos, por exemplo, uma coisa chamada clínica ampliada. E clínica ampliada não é mais aquela clínica do indivíduo fechado no consultório, é uma clínica que se faz no espaço, no território, com outros profissionais. A equipe multiprofissional é outra sistemática que não perde nunca de vista o indivíduo, o sujeito singular, mas que faz outras coisas, adequadas ao contexto das políticas públicas.

Temos as práticas de acolhimento. Há algum tempo atrás não saberíamos dizer o que é acolhimento. Era algo compreendido quase que apenas no sentido do senso comum. Hoje não, o acolhimento é um procedimento, é um processo de trabalho que pode ser aplicado em qualquer política pública, que realmente permite dar escuta adequada para a demanda apresentada e encaminhá-la adequadamente, além de responsabilizar o profissional pelo encaminhamento. Porque encaminhar inclui também se responsabilizar pelo caso atendido, que é outra coisa difícil de aprender e realizar. Não será cada profissional sozinho, entretanto, que vai dar conta da demanda, mas é o profissional articulado com outro serviço, construindo a rede. A ideia de rede é relativamente nova na nossa profissão, e ela é fundamental no campo das políticas sociais. Mas, já temos a forma de trabalhar em rede, é isso que é preciso afirmar.

Temos também o procedimento de visitas domiciliares, das quais as psicólogas vêm participando e/ou sendo protagonistas. Isso vem sendo uma construção recente e importante. Nas primeiras contratações para psicólogas do SUAS essa atividade não era reconhecida como prática da Psicologia pela própria categoria. Soubemos de casos em que as psicólogas prestavam concurso para o SUAS e não assumiam o cargo quando descobriam que deveriam fazer visitas domiciliares. Hoje isso já é diferente; hoje visitas domiciliares são

dispositivos absolutamente presentes no nosso cotidiano, onde as psicólogas e psicólogos estão fazendo um trabalho adequado.

A saúde mental que caminhou pela perspectiva antimaniacomial desenvolveu uma série de dispositivos, nas experiências multiprofissionais, com a participação de profissionais de várias áreas, contando também com as psicólogas. A noção de cuidado foi ampliada e passou a incluir uma série de novos dispositivos, como a redução de danos, a ideia de uma intervenção psicossocial, já está estabelecido que a intervenção deve ser psicossocial. Dispositivos que se desenvolveram com outros profissionais, mas que já são recursos próprios também da Psicologia. Temos ainda a Gestão Autônoma da Medicação, GAM, que é fantástica, essa experiência nova onde a gestão da medicação dos usuários da saúde mental é decidida juntamente com a equipe, mas com a participação do usuário. Ele decide, com a assistência dos profissionais, se vai ou não tomar medicação, quando vai tomar, se ele prefere o sintoma, ou se ele prefere o efeito colateral. É uma tecnologia que está sendo desenvolvida, ampliada.

A própria participação nas equipes multiprofissionais que não é fácil até hoje, mas que está posta, ninguém mais duvida da necessidade disso, é um dispositivo indispensável no campo e assumido pela Psicologia. Ainda o matriciamento, como uma maneira inovadora de trabalhar em equipe, é uma dessas tecnologias, podemos assim dizer.

Todos esses dispositivos são trabalhados, pela Psicologia, no viés da subjetividade que ali está presente e se constitui e manifesta; e no viés da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais.

Por que eu estou trazendo esses exemplos e chamando a atenção para as práticas desenvolvidas no campo das políticas públicas sociais nos últimos anos? Porque eu acho que em tempos de resistência, não podemos perder de vista que sabemos o que deve ser feito. Na década de 1990 ainda era necessário, em muitos dos novos contextos, descobrir como

atuar. Era necessário inventar novas práticas, porque a prática anterior era muito pobre para essa nova realidade. Hoje ainda temos muitos desafios, continuamos com muitos problemas, mas já sabemos o que deve ser feito.

Por isso, considero que a resistência principal é continuar fazendo e lutando sem perder de vista o contexto geral; sem perder de vista que estão, sim, ocorrendo ataques às políticas sociais e devemos resistir em nome de um projeto de sociedade que aponte para o enfrentamento da desigualdade e para a garantia de direitos. E, para isso, é preciso fortalecer coletivos.

Um encontro como este não é apenas um evento. Ele é um encontro de pessoas que têm as mesmas preocupações, que podem trocar experiências, que podem se articular, que podem se organizar. A participação nos conselhos, como foi colocada aqui, é uma possibilidade. Os Conselhos de Psicologia são um espaço coletivo de participação, de reflexão, que pode dar condições para a luta em defesa das políticas sociais e da atuação da Psicologia nesse campo. Ninguém sozinho vai fazer esse enfrentamento.

Entendo que é importante não perder de vista isso: trazer as nossas experiências, compartilhar e encontrar os coletivos que nos fortalecerão. E vou reler a frase do Franco Rotelli: “Então eu creio que a única forma que nós temos para modificar essa sociedade é fazer tudo aquilo que nós conseguimos fazer, como se nós estivéssemos em uma outra sociedade, como se tudo fosse possível”.

Eu acho que é assim que a gente tem que continuar.

Obrigada.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família** – uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.

GONÇALVES, M. Graça M. A dimensão subjetiva da desigualdade social – questões metodológicas e implicações práticas. In: BOCK, Ana M. B. et al. (Orgs.) – **Práticas e saberes psi – os novos desafios** à formação do psicólogo. Florianópolis: ABRAPSO/ Edições do Bosque / CFH/UFSC, 2015. pp. 65-84. Disponível em: Acesso em: 27 nov 2019.

_____. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Psicologia sócio-histórica e políticas públicas – a dimensão subjetiva de fenômenos sociais**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003. 197 p.

OXFAM/Brasil. **Relatório: a distância que nos une – retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo: OXFAM/Brasil, 2017.

POCHMANN, Marcio – **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Ideias e Letras, 2015.

ROTELLI, Franco. Superando o manicômio – o circuito psiquiátrico de Trieste. In: AMARANTE, P. (Org.). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

SADER, Emir. As esferas pública, estatal, privada e mercantil no neoliberalismo. In: _____. (Org.). **Se é público, é para todos: defender as empresas públicas é defender o Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018. p. 9-22.

SINGER, Paul A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 191-263.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira – quem é e como vive.** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. in VELHO, Gilberto (Org.). **Desvio e divergência – uma crítica da patologia social.** 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 11-28.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PSICOLOGIA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Thiago Aiamari Kavopi

Boa tarde a todos que aqui estão presente no seminário.

Gostaria de agradecer o convite do conselho federal de Psicologia para participar do evento fundamental para refletir sobre o cenário atual dos Desafios e Perspectivas da Psicologia junto aos povos indígenas na Região Centro-Oeste.

A proposta para esta mesa é explanar sobre as experiências como profissionais de Psicologia nos seus espaços de trabalho.

Primeiramente quero relatar o meu percurso até o atual momento, pois creio que é fundamental contextualizar a minha inserção no campo da Psicologia e a minha visão de mundo.

Meu nome é Thiago Aiamari Kavopi. Sou um Kurâ-Bakairi. Autodenominamos Kurâ, que quer dizer gente, nós, seres humanos.

Sou nascido na aldeia Pakuera, T. I Bakairi, localizado no município de Paranatinga, Mato Grosso.

Todas as minhas reminiscências estão ligadas com a vida na aldeia. O rio, o mato, os animais, as aves, o clima, etc.. Na nossa concepção tudo está interligado e em constante equilíbrio para a manutenção da vida social e espiritual. Tudo acontece harmoniosamente e quase imperceptível. A vida acontece como um Rio que segue o percurso natural. Deve ser por isso que a maioria das aldeias tiveram nomes relacionados com a água.

Mas também, devo confessar que a vida na aldeia é uma

luta constante. Conheço bem a realidade. São vários tipos de situações que só quem advém de um contexto tão complexo e diferente pode contar.

Foi nesse contexto que vivi até o final do Ensino Médio. A minha mãe sempre fala que eu saí da aldeia e nunca mais voltei completamente. Mães são tão dramáticas, não são?

Mas, realmente, nunca estive tão longe de casa por um período tão longo quanto ao atual momento.

Toda conquista de um indivíduo indígena não é algo isolado ou obra do acaso. É uma conquista de todos os povos indígenas. São conquistas mediante às lutas de todos os povos indígenas. Para que as nossas terras fossem demarcadas, lutamos! Para ter acesso às universidades, lutamos! Para conseguir atuar em nossa profissão e contribuir com a melhoria das nossas comunidades, lutamos! É uma luta histórica e continuada.

A faculdade foi um período de intensas transformações em diversos aspectos da minha vida. Adquiri experiências. Expandi a minha visão de mundo. Pude contemplar as mais variadas divergências epistemológicas decorrentes da área de conhecimento. Mas, vivenciei momentos difíceis que todos os estudantes indígenas com toda certeza já experimentou. Preconceitos, visões distorcidas e estereotipadas. Não aceitam que tenhamos notas maiores em trabalhos acadêmicos que quaisquer alunos. Enfim, foi um período fortificante em todos os sentidos.

Recentemente comecei a atuar como psicólogo de DSEI CUIABA, lotado no Polo-Base de Rondonópolis, com a atribuição de ser a referência em Saúde Mental da população indígena Boe Bororo.

A atuação do psicólogo no Polo-Base na área da saúde mental em contexto indígena está embasada nas seguintes diretrizes: Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas; a portaria 2.759/2007 e o caderno de orientação na atenção psicossocial produzida pela SESAI e demais profissionais.

Neste sentido, a minha atribuição refere-se à oferta de Apoio Matricial em dois eixos distintos: o primeiro eixo diz respeito ao suporte técnico e pedagógico ofertado a equipe multidisciplinar sobre questões relacionadas à saúde mental. O segundo eixo diz respeito às ações de assistências direta com a população indígena, que poderão ser realizadas nas aldeias.

As ações em atenção psicossocial no Polo-Base de Rondonópolis estão sendo consolidados. É um processo que depende de planejamento e conhecimento da realidade do território. Pois quando se conhece primeiro a demanda ao invés da população que será assistida, reforçamos uma visão enraizada e contribuimos com a manutenção do estigma que a população indígena sofre. E a Psicologia tem um papel fundamental para romper com vários estigmas que cercam a comunidade indígena devido ao seu papel histórico de ser uma profissão está pautada no diálogo, no senso crítico e na reflexão minuciosa acerca dos problemáticos contemporâneos.

Também se faz necessário avaliar as variantes sociais que permeiam a vida coletiva na aldeia e fora dela, considerar as relações complexa em diversas situações e a sua visão de mundo, por isso é preciso ter uma visão abrangente do contexto que estão inseridos.

É nessa perspectiva que a Psicologia pode contribuir sendo um catalisador de mudanças no tocante às ações voltadas para saúde mental em contexto indígena.

Diante de um desafio tão complexo que é organizar ações em saúde mental em contexto indígena, no Município de Rondonópolis (MT) foi pactuado ações de matriciamentos. As ações de apoio matricial que aconteceram nas aldeias foi algo inédito, pois o fluxo de atendimento foi invertido, o espalho de escuta aconteceu nas aldeias.

Através da portaria n.º 2.663, de outubro de 2017, e das políticas públicas voltadas para a saúde mental foi pactuado ações em saúde mental voltada para a população Boe Bororo. Estão

envolvidos nas ações o município, representando pela enfermeira Roseli Souza, coordenadora das Ações Programáticas, a psicóloga Rosania Maria da Silva, do Escritório Regional de Saúde, e os CAPS: CAPS AD; CAPSI. E além desses profissionais, toda a equipe do Polo-Base de Rondonópolis está dando suporte para a realização das ações.

Como são realizadas as ações nas aldeias?

É preciso compreender o conceito de matriciamento. Segundo o Ministério da Saúde, matriciamento consiste em “um novo modo de produzir saúde em que duas ou mais equipes, num processo de construção compartilhada, criam uma proposta de intervenção pedagógico-terapêutica”. Embasado nesta proposta que estamos realizando matriciamento.

Mas como esse conceito é aplicado na prática?

Uma vez eu li um relato de um indígena sobre como a Psicologia deveria entrar na aldeia. Segundo ele a Psicologia não poderia ficar presa numa sala arejada com uma boa iluminação e com assentos confortáveis. Mas sim, conhecer os rios, saber das histórias do surgimento do povo e principalmente, conviver, conviver para conhecer a realidade.

Achei muito poético. Acredito que Psicologia é a profissão que necessita do vínculo em todos os aspectos da relação. O nosso principal instrumento de trabalho é o ouvido e o tato para ter uma interpretação do contexto.

Então, realizamos ações de matriciamento pactuadas com a saúde mental do município. Estivemos nas aldeias para realizar o apoio matricial. Uma proposta excepcional, pois primeiro conhecemos o território para num segundo momento consolidar as informações para assim fazer os encaminhamentos dos casos e definir as intervenções necessárias para cada contexto.

As ações de matriciamento foram fundamentais para fazer a escuta qualificada, orientação individual e familiar e identificar as demandas para ter uma perspectiva da

realidade social e cultural do povo Boe consequentemente desenvolver ações de acordo com a realidade de cada aldeia.

Em cada aldeia que estivemos foi incrível e especial porque foi uma experiência enriquecedora para toda a equipe e principalmente para a comunidade local, pois ao acolher o outro, estamos produzindo saúde.

E para finalizar a minha fala gostaria de relatar uma experiência na aldeia. Visitamos a aldeia Arareal, cuja população é o Boe Bororo. A aldeia é pequena em população. A comunidade tem um vínculo fortalecido e existe coletividade exemplar. Para exemplificar, existe uma enorme roça de toco que produz diversas culturas de alimentos. A roça é um projeto de vida para a comunidade. Buscamos produzir saúde numa perspectiva humanizada e nos deparamos com um exemplo de autoprodução de bem viver, pois cada atividade que é feita em qualquer estilo de vida é benéfica para a saúde mental.

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA COM OS POVOS QUILOMBOLAS: ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Márcia Maria da Silva

Tive a oportunidade de participar da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Distrito Federal e Entorno. O Grupo de Trabalho (GT) foi composto por: Lucélia Saraiva Aguiar, advogada, presidenta; Jeferson Gustavo Pinheiro Meira, Sindicato dos Bancários, vice-presidente; Mário Lisboa Theodoro, Doutor em Economia e Consultor Legislativo do Senado Federal, Relator; e mais quinze consultores de diversas áreas do conhecimento. O GT teve como finalidade visitar dezoito quilombos nos arredores do Distrito Federal. Apesar de ter visitado apenas metade, devido dificuldades logísticas, a comissão encontrou os líderes dos dezoito agrupamentos em reunião na capital do país. Na ocasião esses representantes dos quilombos discutiram sobre: o acesso e a permanência em terras quilombolas, trabalho e renda, educação, saúde, cultura, religiosidade, cidadania e violência. O resultado desse trabalho foi materializado na publicação do livro *Relatório Final: a verdade sobre a escravidão negra no Distrito Federal e entorno (Sindicato dos Bancários de Brasília - 2017)*, que está publicado na íntegra na Internet.⁶

De acordo com pronunciamento da Sra. Maria Helena S.

6 Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/vie/59414237/relatorio-final-a-verdade-sobre-a-escravidao-negra-comissao-da-verdade>>. Acesso em: 27 nov 2019.

Rodrigues, integrante do Kilombo Kalunga, de Monte Alegre (GO):
“A escravidão nossa hoje do nosso povo, e o chicote do nosso povo hoje é o racismo institucional. Ele ainda é muito presente, ele ainda está presente em todos os momentos nas nossas comunidades [...] Acho que hoje nós estamos com uns 90 % dos que formaram no ensino médio, todos dentro das universidades, alguns fazendo licenciatura, outros pedagogia, nós temos médicos, temos advogados, e mesmo assim a gente não se sente.”

Pergunto eu: por que será que a gente ainda não se sente? Nós, as pessoas negras? O conceito de racismo institucional (criado por integrantes das Panteras Negras, em 1967) foi definido no Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), em 2005, como:

[...] o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações (PCRI, 2005, p. 11).⁷

Atitudes racistas são reproduzidas consciente e inconscientemente. O racismo no Brasil está posto e colocado para a sociedade como um todo, inclusive para as pessoas negras.

7 GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>>. Acesso em: 17 nov 2019.

Assim é possível que pessoas negras também possam cometer algum ato racista. Essa reflexão nos leva a raciocinar que no Brasil o racismo acaba com muitas oportunidades para a população negra. Por isso, seria importante que ele fosse pensado pela sociedade como um todo por brancos e não-brancos, considerando que todos perdem nesse jogo antidemocrático. As pessoas poderiam e deveriam trabalhar juntas respeitando reciprocamente suas potencialidades. No entanto, as relações entre brancos e negros é normativa, pejorativa e violenta, pois negros não são vistos como pessoas que possuem conhecimento, tampouco potencialidades para produzi-lo, para fazer ciência. Ouso prognosticar que o trabalho em grupo possibilitaria impulsionar a economia do país, colocando-o na condição de primeiro mundo. Mas prossigo perguntando: por que não conseguimos romper essa barreira? Por que as instituições públicas e privadas são tão racistas com o povo negro? Por que o Brasil não consegue passar de fase?

Vejam os que aconteceu com os estudos sobre racismo e Psicologia. Virgínia Leone Bicudo (1910-2003) foi a primeira psicanalista negra, não-médica, no Brasil e a primeira autora de dissertação sobre relações raciais. No entanto, ela não figura nos cursos de Psicologia e psiquiatria. Cabe perguntar por que sempre apagam nossa história, deixando a vida da população negra de lado. Em tudo que é posto para nós - o branco desponta como o criador, o fundador, o descobridor; jamais o negro. Quando na verdade o povo negro também teve na sua história, criadores, fundadores e descobridores. Não foi diferente no campo das ciências psicológicas em que Virgínia é desconhecida pela maioria dos alunos de Psicologia e dos psicólogos.

Atualmente há duas grandes instituições que trabalham contra o racismo no país. A primeira é o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), que tem como uma das suas coordenadoras a psicanalista Maria Aparecida Bento. É uma organização não-governamental que produz

conhecimento, desenvolve e executa projetos voltados para a promoção da igualdade de raça e de gênero. A segunda é o Instituto Amma Psique e Negritude, coordenado pela psicanalista Maria Lúcia da Silva, organização não-governamental com atuação pautada pela convicção de que o enfrentamento ao racismo, discriminação e preconceito se faz necessariamente por duas vias: politicamente e psiquicamente. O instituto tem buscado, por meio da formação e prática clínica, identificar, elaborar e desconstruir o racismo e seus efeitos psicossociais. A psicóloga Maria Lúcia é também Coordenadora Nacional da Articulação de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras/es de Relações Raciais e Subjetividades (ANPSINEP), a ser detalhado posteriormente. Além dessas organizações há Grupos de Trabalho e Comissões de Relações Raciais em diversos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), assim como no Conselho Federal de Psicologia (CFP). Cabe pontuar que a Comissão Nacional dos Direitos Humanos do CFP lançou, em 2002, a campanha *O Preconceito Racial Humilha, a Humilhação Social Faz Sofrer*, primeiro debate nacional sobre racismo no âmbito do Sistema Conselhos. Portanto, como desdobramento dessa ação foi publicada a Resolução CFP n.º 18/2002, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. No entanto, esta resolução é desconhecida da maioria da categoria de psicólogas(os). Mencione-se ainda, o Código de Ética Profissional do Psicólogo, que tem os seus princípios fundamentais baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por fim, o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas CREPOP/CFP, lançou em setembro de 2017, o livro *Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas(os)*.

Conforme aludido a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras/es de Relações Raciais e Subjetividades (Anpsinep) é um movimento nacional que congrega psicólogas(os) negras(os). Em 2010, foi

realizado o I Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) sobre Relações Raciais e Subjetividade (I PSINEP) na Universidade de São Paulo (USP) Com o apoio do Sistema Conselhos de Psicologia. O evento propiciou resultados significativos para a compreensão de como o racismo impacta a construção das subjetividades dos brasileiros. Como proposição e resultado foi elaborada a Carta de São Paulo.⁸ Expõe a missiva: “O racismo à moda brasileira constitui um dos mais sofisticados e enigmáticos mecanismos que, operando por meio da violência sistemática e silenciada, produz e torna cada vez mais agudas as desigualdades sociais que no Brasil tem também um viés eminentemente racial”. A referida carta foi enviada para instituições públicas e privadas. Em maio de 2014, adveio o II PSINEP na Faculdade Maurício de Nassau, em Recife. O evento, além de reafirmar as intenções da Carta de São Paulo, teve como pauta: “Resolução 18/2002, doze anos de uma resolução invisível”. Nesse sentido, deu visibilidade a estudos e trabalhos desenvolvidos sobre a temática racial e a Psicologia buscando ressaltar a necessidade da referida resolução ser divulgada na graduação e para a categoria, assim como da ampliação das pesquisas relacionadas ao tema. Ao final foi publicada uma Edição Especial do II PSINEP na Revista Brasileira de Psicologia, e aprovada nova composição da ANPSINEP, que passou a ter como integrantes psicólogas(os) ao invés de instituições. Atualmente a composição da ANPSINEP são duas psicólogas(os) por cada região do Brasil com a missão de formar grupos regionais com o objetivo de implementar ações de enfrentamento ao racismo a partir da organização de psicólogas(os)(os) comprometidas(os) com o tema das relações raciais e Psicologia. Núcleos estaduais da ANPSINEP já foram formados no Distrito Federal, Goiás,

8 Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/lapsiafro/arquivos/Carta_de_Sao_Paulo_USP_2010.pdf>. Acesso em: 17 nov 2019

Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A Psicologia como ciência tem potencial para desenvolver estudos que contribuam efetivamente para a compreensão da discriminação racial e como ela impacta na subjetividade da população negra, bem como orientar as intervenções clínicas e terapêuticas necessárias direcionadas a aliviar e reparar os danos do racismo. No entanto, apresenta contradições em seu projeto científico, considerando que não reconhece o seu objeto, subjetivo, tem limitações básicas em sua capacidade de orientar a exploração, os esclarecimentos e a apreensão da experiência humana da população negra. Todos sabem que Psicologia não apresentou estudos sobre negras(os), indígenas e/ou outras categorias étnico-raciais. No entanto, como psicólogas(os), o objetivo é trabalhar no sentido de mostrar que a Psicologia tem potencial para ajudar a população negra e outras categorias não contempladas nos estudos psicológicos, que mantêm viés eminentemente europeu.

Ressalta-se que um dos pressupostos do Sistema Conselhos tem sido a defesa intransigente dos direitos humanos e o racismo nada mais é, do que uma grave violação a esses direitos. A Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra é um trabalho que está sendo realizado em todo o país pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no entanto, no Distrito Federal, quem assumiu esta tarefa foi o Sindicato dos Bancários. A proposta é ouvir as pessoas dos quilombos — memória negra contada pelos povos dos quilombos e a história oficial escrita nos documentos — memória branca. Nessa perspectiva, algumas cidades vizinhas ao Distrito Federal foram visitadas, além de nove comunidades culminando com a publicação do livro. A comissão contemplou dezoito comunidades, mas as dificuldades de deslocamento limitaram as visitas a apenas nove quilombos. Apesar disso estive com todas as lideranças desses locais, em Brasília. Na reunião os representantes dos quilombos puderam expor os pontos fortes e fracos, assim como

os desafios enfrentados pelas coletividades. Algumas cidades históricas também foram visitadas a fim de buscar nos registros oficiais a história dos quilombos — memória branca. Nos quilombos era formada uma roda e um dos consultores anotava as informações relatadas pelas pessoas que ali residem — memória negra. Consequentemente muitas violações de direitos e outros problemas surgiam nesses relatos. Os quilombos visitados: Aparecida de Goiânia (Quilombo Jardim Cascata); Cavalcante; Monte Alegre; Teresina de Goiás (Quilombo Kalunga); Cromínia (Quilombo Nossa Senhora Aparecida); Flores de Goiás (Quilombo Flores Velha); Padre Bernardo (Quilombo Sumidouro); Silvana (Quilombo dos Almeidas); Alto Paraíso (Quilombo Moinho); Piracanjuba (Quilombo Ana Laura) e Cidade Ocidental (Quilombo Mesquita). As cidades visitadas foram: Luziânia; Planaltina; Formosa; Pirenópolis; Corumbá; Arraial Vila Boa e Santo Antônio do Descoberto.

A violência contra os quilombos são constantes: ameaças, torturas, anulação dos saberes, diabolização da cultura e da religiosidade, expulsão das terras e a negação sistemática de acesso a bens e serviços. São tentativas de apagar o secular legado dessas comunidades. Alguns conglomerados ficam próximos às cidades, portanto, os informes foram recorrentes da falta de respeito às festas culturais dos quilombos com chacoatas e zombarias. Relate-se ainda, que os partos eram executados pelas parteiras locais, no entanto elas foram orientadas pelos médicos das cidades vizinhas a não desempenharem tal prática. No quilombo Kalunga uma dessas mulheres fez uma narrativa, dizendo que após essas conversas deixou de realizar partos, mas tinha uma menina grávida e a cidade mais perto era uma distância de cem quilômetros da comunidade e a garota passou mal, gerando na senhora o conflito: “Eu vou ou não fazer esse parto?”, e acabou não executando a tarefa. Contudo, a menina demorou a chegar à cidade mais próxima, porque para eles os deslocamentos são difíceis, considerando

que a maioria das vezes os hospitais das cidades vizinhas, alegam não ter ambulâncias para buscá-los. Por fim, morreu a mãe e a criança. A parteira termina o relato expondo a dor que sentiu em relação a esse fato. Iniciei uma elucubração a fim de reportar-me a exposição da Psicóloga Mônica Sousa Santos de Goiás que havia citado um projeto em que a Polícia Militar estava “cuidando” dos quilombos. Afirmar que, com todo respeito à apresentação da psicóloga, o informe de policiais no quilombo, além do estranhamento, provocava também preocupação. Acrescentei que o fato de constatar que o governo envia aos quilombos, assim como para as periferias das grandes cidades, apenas a polícia demonstra uma intenção no mínimo duvidosa, pois na maioria das vezes acaba em ações violentas contra o corpo negro. Ratifiquei que esses locais não precisam dessas intervenções, argumentando que o racismo coloca as pessoas negras sempre no lugar de suspeição. Por fim, pontuei a necessidade da presença de políticas públicas (assistência social e médica) nessas comunidades esquecidas e invisibilizadas pelo estado brasileiro. Citei como exemplo o fato de determinadas pessoas nos quilombos nunca terem se dirigido as cidades próximas, logo nunca adentraram numa clínica médica. Por fim, alguns quilombolas disseram que os únicos médicos a visitá-los foram os cubanos.

O conteúdo mais doloroso desse trabalho foram os relatos sobre pedofilia, estupros e abusos sexuais. Na descrição figuram como perpetradores tanto pais e/ou parentes próximos, como também, pessoas das cidades vizinhas, o que reforça um ciclo de violência dentro e fora das comunidades. O quilombo de Cavalcante foi uma das comunidades não visitadas pelo grupo, em parte por falta de apoio. À época, cinco meninas, entre dez e quatorze anos, descendentes de escravos, nascida em comunidades kalungas apareceram grávidas ao mesmo tempo. Investigação sobre o fato descobriu que as meninas haviam sido leiloadas na cidade de Cavalcante (GO). Os autores

eram profissionais liberais e políticos de vinte a setenta anos, entre os quais figuram o prefeito da cidade, o irmão da juíza e vereadores. O grupo foi denunciado, no entanto, consta que os políticos cumpriram seus mandatos até o fim, sem serem excluídos da folha de pagamento do Estado, que deveria proteger e cuidar das vítimas. A Comissão de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos ainda investiga o caso. Enfim, essas histórias são públicas foram filmadas e também publicadas em vários jornais no ano de 2015. Esses atos demonstram os processos de objetificação e desumanização da população negra, reafirmando o descaso do estado brasileiro.

A psicóloga Mônica Souza Santos esclareceu que a adolescente denunciante com a qual conversou à época, foi ameaçada e encontra-se escondida em uma comunidade em situação de extrema vulnerabilidade. Finalizou afirmando que a situação é complexa e contraditória, pois o Estado nomeia pessoas para trabalhar nessas comunidades, mas ao mesmo tempo é omissa nas situações de violência.

A maioria dos recursos financeiros enviados pelo governo federal não chega aos quilombos. Na exibição das fotos verifica-se que a ponte que liga a BR à comunidade havia caído e o grupo teve que atravessar o rio a pé. Em tempos chuvosos não raro a comunidade fica presa, sem comunicação com a cidade; um mês atrás, no entanto, a ponte estava pronta, “ponte que passa apenas um carro mas está lá.” Pelas fotos da escola verifica-se que ela havia sido reformada, portando nas paredes desenhos de crianças negras e brancas. Ao entrar na escola me senti representada, e creio que todos os educandários deveriam preocupar-se com o espaço físico no sentido de que todas as crianças se sintam representadas.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela população negra no Brasil é imperioso reconhecer alguns avanços como: a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2003, no governo Lula; o programa Brasil

Quilombola, em 2004; a Agenda Nacional Quilombola por meio do Decreto n.º 6.261/2007; as Cotas Raciais (Universidades e Administração Pública); o Estatuto da Igualdade Racial, em 2010; e as organizações não-governamentais como: a ANPSINEP e outras. A despeito da incompreensão de alguns brasileiros com relação às cotas, elas são imprescindíveis no sentido de propiciar equidade em postos de visibilidade e poder. As cotas permitiram a população negra entrar em cursos, até então, restritos a elite, tais como medicina, advocacia e outros. A ANPSINEP permite aos psicólogos que estão à frente do trabalho conhecer as demandas de cada região. Nesse aspecto, tem por finalidade a organização e mobilização das psicólogas(os) comprometidas(os) com o enfrentamento ao racismo e toda a forma de discriminação.

Finalizando, apresento um trecho do texto *Vivendo de Amor* da escritora americana Bell Hooks, que tem sido bastante lida no país. “Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando. A vontade de amar tem representado um ato de resistência para a população negra.”⁹ Cabe pontuar as dificuldades das pessoas negras serem protagonistas de amor — amar e serem amadas — considerando que vivem em contextos nos quais operam lógicas racistas. São vistas e apontadas como inferiores, o que é reforçado nas novelas, nos livros didáticos, nos programas de TV e nas propagandas, além de não serem consideradas belas ou atraentes. Fatos que dificultam dar e receber amor. No mesmo texto a escritora expressa: “Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma das verdades privadas que raramente é discutida em público. Essa realidade é tão dolorosa, que as mulheres negras raramente falam sobre isso. ” As mulheres negras são as que mais

9 Disponível em: <<http://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>>. Acesso em: 17 nov 2019.

experimentam solidão: por não serem vistas como padrão de beleza e/ou porquê muitas vezes perde seus filhos no genocídio de jovens negros. Enfim... são diversos os motivos. “E falar sobre isso às vezes é dolorido para quem fala e dolorido para quem ouve.”

Muito obrigada!

Boa tarde a todas e todos. É um prazer estar aqui nesse estado.

Eu trabalho em uma Secretaria de Estado que me possibilitou ter contato e aprender com essas políticas públicas de violência de gênero, racismo, diversidade sexual e tráfico de pessoas. A minha Superintendência trabalha com todas essas políticas públicas sociais. E isso tem me ajudado muito no decorrer desses quatro anos e meio, como pessoa e profissionalmente.

Eu entrei na Secretaria de Governo através do convite em participar desse projeto do governo federal em parceria com o governo estadual, das Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres que sofrem violência doméstica do Campo e da Floresta. A equipe percorreu e percorre o Estado de Goiás, e, por três anos dentro das Unidades Móveis.

Geralmente somos demandados pelos municípios e percorremos em média de dez a quinze municípios por mês.

Esse é um breve histórico da Secretaria de Estado onde estou locada. Até o ano de 2016 era uma Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial (SEMIRA), e com a reforma do governo, a nossa secretaria perdeu a sua autonomia e especificidade, sendo incorporado por outras. E quando uma secretaria dissolve com outras e os novos gestores desconhecem (e não querem conhecer) essas políticas públicas, as coisas tendem a complicar. Mas como comentei com a professora Graça, aqui presente, as equipes têm resistido e acreditamos em dias melhores. Atualmente se dá o nome de Secretaria Cidadã, a qual incorporou cinco ou seis pastas, e eu estou dentro de uma Superintendência denominada Superintendência da Mulher e Igualdade. Esse é o lugar da instituição da qual eu faço parte.

A proposta do nosso encontro hoje é para falar um pouco sobre a minha breve experiência com as comunidades quilombolas de Cavalcante e da Chapada dos Veadeiros (APA).

Espero que eu consiga.

A comunidade Quilombola de Cavalcante e municípios adjacentes (Teresina de Goiás e Campo Alegre) é a maior do Brasil. Ao total são treze comunidades, e todas têm seus representantes locais.

Então esse já é o primeiro ponto e desafio: como atuar como psicólogo nas comunidades, com lideranças organizadas e articuladas. Sem a permissão destas lideranças, você não entra e executa nenhum trabalho, ainda que o gestor público local considere. Assim deve ser com as comunidades indígenas, eu imagino.

Na comunidade Kalunga do Engenho Dois participamos de um trabalho em parceria com a Patrulha Rural e Patrulha Maria da Penha, da Polícia Militar. É uma parceria que enriquece o trabalho. Muitas vezes essas equipes estavam na região, coincidindo com nossa agenda. Esses agentes policiais são pessoas que têm uma ligação profunda com os membros da comunidade, e que levou um tempo para conquistar a confiança das pessoas.

Quando se fala de polícia, a ideia nos remete à punição e preconceito\despreparo dessas pessoas com a comunidade. Mas esse grupo, além de estar representando uma instituição (Secretaria de Segurança Pública), como cidadão, eles têm uma proposta diferenciada dentro da própria corporação. E é a própria comunidade e suas lideranças que tem sinalizado a resposta positiva dessa parceria.

O trabalho da equipe com as Unidades Móveis acontece dentro das comunidades quilombolas e também na cidade, no centro urbano. Com a estrutura das Unidades Móveis, duas salas de atendimento climatizadas e vinte e três cadeiras, realizamos atendimentos, encaminhamentos à rede do município e palestras, às vezes em locais inusitados: debaixo de mangueiras, dentro do curral, nas praças da cidade, nas escolas, em todos os espaços onde é possível sentar e conversar

um pouco (como o coreto de uma praça onde realizamos uma roda de conversa com as mulheres do bairro).

Atualmente as Unidades Móveis estão paradas para manutenção, o que não impede de dar continuidade no nosso trabalho, viajando em outro carro (camioneta com tração 4x4).

Exercer o papel de psicólogo dentro de comunidades tradicionais, é um grande desafio. Há de se considerar todos esses aspectos já citados, além de conhecer a realidade sócio-econômica e geográfica dos municípios. Outro aspecto importante é identificar quais outros projetos, entidades governamentais ou não que estão executando algum trabalho no local (Campo de extensão em pesquisa das Universidades, ONU, UNESCO, iniciativas de grupos focais, voluntariados, etc.) e se mostrar a essas parcerias. Avaliar como a comunidade e as lideranças locais estão processando a intervenção desses grupos/tarefa.

Nestes municípios, as condições concretas para atendimento e encaminhamentos geralmente exige de nós, profissionais e técnicos, manejos e criatividade na resolução de problemas. Ainda que se faça todas os contatos e diálogos com a gestão dos poderes executivo, legislativo e judiciário — antes, durante e após as atividades — as dificuldades continuam a persistir. Seja pela falta de interesse da importância do serviço à população (descontinuidade), seja pelo despreparo e falta de apoio para as equipes da rede de atendimento pelo gestor municipal.

O descaso parece ainda maior com as comunidades tradicionais. Percebe-se interesses políticos antagônicos entre os gestores públicos e as lideranças das comunidades, numa disputa de poder negligente e equivocada por parte do poder público.

O caso da adolescente (descendente de quilombolas) por exemplo, que denunciou o professor que a agrediu verbalmente em sala de aula, diante de toda a turma. No dia do ocorrido, a escola não tomou nenhuma providência em favor da aluna, apesar da manifestação de todos os colegas

na sala da diretora, deixando esse professor, mais uma vez, confiante de que nada iria acontecer, como das outras inúmeras vezes que teve essa atitude, levando alguns alunos a desistir de estudar (a equipe tarefa responsável por essa ação ouviu algum desses relatos).

Em um município como Cavalcante (GO), em que a quase totalidade da população são quilombolas e descendentes, com raízes culturais afro-descendentes, contrapõe com uma minoria que pertence à elite de classe econômica, branca, com todos os privilégios e com total impunidade dos seus atos em desfavor da comunidade, durante gerações. Esse cenário da dinâmica da sociedade, todo e qualquer profissional tem que levar em conta na sua análise. Assim como “atualizar” os seus preconceitos e se dispor a desconstruir pelo caminho, durante o trabalho. Estamos imersos numa cultura patriarcal, machista, misógina e racista. E essa é a nossa tarefa de casa ao lidar com atendimento às comunidades, especialmente as tradicionais.

O acolhimento e atendimento psicológico à essa adolescente me foi designado pela Superintendência a qual estava ligada. Era um caso que exigia um manejo técnico diferenciado. Como uma desconhecida, representando o Estado, o mesmo que deveria resguardar seus direitos e segurança, iria conseguir demonstrar empatia e vincular terapeuticamente à sua história?

Ficamos três dias juntas, sozinhas, num espaço reservado e pensado para realizar o trabalho. Por isso pensei nas mandalas, embora não seja especialista, mas o objetivo poderia ser exitoso. Ao desenhar, podíamos nos conectar, e ao mesmo tempo, realizar juntas essa imersão.

Para além da expressão da arte do desenho, as providências legais foram cumpridas, o inquérito foi instaurado, os representantes da Secretaria Estadual de Educação participaram de uma Audiência Pública, organizada pelas lideranças das comunidades (no dia a direção da escola não liberou a adolescente para participar alegando aplicação de uma

avaliação/prova e, novamente os articuladores da Audiência Pública se manifestaram no ato), a punição administrativa ao professor foi aplicada, assim como as recomendações da Coordenadoria Técnica Pedagógica Estadual à diretora da escola e aos professores assistentes que presenciaram o fato.

O final não foi e nem será como nos filmes... A adolescente continua convivendo com um núcleo familiar vulnerável e carente de todos os recursos materiais. O gestor público continua a agir como a maioria (prova disso foi o único que não enviou nenhum representante no dia da Audiência Pública), a rede de atendimento do município subordinada aos comandos da chefia colocando esse caso como mais um nas pastas de encaminhamentos, os familiares do professor já estavam assediando a mãe da adolescente, propondo “acordos” em troca do silêncio e desistência da denúncia, a população apontando a adolescente enquanto ela transita pela cidade... e mesmo assim, quando perguntada qual profissão ela gostaria de exercer: PROFESSORA.

Por isso, dedico esse espaço e propósito à essa adolescente, que mesmo diante de todas as situações de ameaça e insegurança, ainda acredita que poderia ser uma pessoa especial no mundo realizando a escolha profissional do seu agressor. Mas com força justa e equilibrada, harmonia ao colorir os sonhos das pessoas, suportando saudavelmente o vazio dos espaços não assumidos e/ou preenchidos, fazendo com que a beleza aconteça!

É difícil ter a palavra agora, mas eu queria que vocês se permitissem fazer uma reflexão, em uma homenagem a partir de um poema de Maurinete Lima que se chama *Sinhá Rosa*¹⁰. Essa é uma poesia de uma estudiosa negra muito querida, que não está mais entre nós, mas que conseguiu trazer pela arte muitas reflexões:

Sinhá Rosa,
mulher negra, muito negra, velha, sim, mas vigorosa,
que a todos afrontava
com seu afiado facão quem lhe faltava com respeito.
Não ligada a santos nem altar, e pela força de seu poder
eras Sinhá sem nunca teres sido Sinhazinha.
De dia, eras dona da cozinha onde ninguém ousava entrar
sem a tua permissão.
De noite, sentada na varanda da casa,
tendo a escuridão como aliada,
eras a dona das histórias e das memórias onde fadas,
príncipes e palácios
não tinham lugar.
Tuas histórias, Sinhá, eram povoadas de cobras
mágicas e gigantes
que seguiam os funerais daqueles que atacavam,
ou o espírito
de uma astuta cabocla de nome Comadre Fulozinha,
Não confunda com
florzinha,
ora zombeteira,
ora malvada,

10 LIMA, Maurinete. *Sinhá Rosa*. Élide Lima (org.), São Paulo: Invisíveis Produções, 2017, 142 p.

ou até prestimosa.
Conta a lenda
que com seus longos cabelos cortava
todos aqueles que adentravam na mata
sem lhe trazer de presente mel e fumo
que ela, comadre, tanto gostava.
Conhecida também pelo assovio a confundir
sua real posição, se bem baixinho estava distante,
se bem alto estava perto.
Hoje ressoam em meus ouvidos
e abarcam na minha mente
tempos longínquos que ficaram para trás.
E vejo que esta temida senhora de nome Rosa
só queria nos transmitir, na sua oralidade,
mitos e lendas que paginam
a história dos nossos ancestrais.
E nós, crianças assustadas,
não podíamos entender que estávamos diante
da própria lenda. De nome de Brasil Imperial,
a única Sinhá Rosa, sem nunca ter sido sinhazinha!
E, tardiamente, eu, uma daquelas crianças assustadas,
rendo loas e broas a você, Sinhá Rosa!

Em primeiro lugar, considero importante destacar que não tenho origem indígena ou quilombola, nem sou estudiosa da temática, mas eu estou aqui na qualidade conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP), e também de profissional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Então, venho apresentar para vocês a campanha que o CFP organizou através da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS), uma campanha contra o preconceito aos usuários e usuárias do SUAS. Partimos da apresentação do vídeo da campanha, e depois compartilharemos com vocês algumas inquietações sobre ser trabalhadora da assistência social.

Esta campanha foi construída não *para* e nem *através de*, mas *com* as pessoas para quem se destinam os serviços do SUAS, numa articulação com o Fórum Nacional de Usuárias e Usuários do Sistema Único de Assistência Social (FNUSUAS). Em dezembro de 2017, a campanha teve por marco de lançamento a Conferência Nacional de Assistência Social, que é um importante espaço político de composição e estruturação da política pública. Cada um dos vídeos integrantes foram gravados por pessoas que se disponibilizaram espontaneamente, e não foi feito nenhum tipo de intervenção na fala delas, pois o que se pretende é trazer à tona a percepção de usuárias e usuários sobre esse Sistema que constitui o seu cotidiano. Consideramos que esse é só um primeiro momento, de modo que o CFP, em conjunto com os Conselhos Regionais e o FNUSUAS, pretende que a campanha tome mais espaços, além de produzir outros vídeos.

Ao demarcar que, além de estar no CFP, eu sou trabalhadora da assistência social, tenho a possibilidade de apresentar algumas reflexões que foram tecidas pelos anos da prática na execução e na coordenação dos Serviços Socioassistenciais, assim como pelos estudos que se debruçam sobre as implicações da pobreza no cotidiano de seus usuários e de suas usuárias. Dessa forma, pretendo dialogar com algumas apresentações que me antecederam sobre o conteúdo aqui exposto pelo vídeo.

Falou-se aqui sobre a população indígena e os dados epidemiológicos, e, embora esta seja uma sistemática que já vem se consolidando na política pública de saúde, a produção de dados sobre a Assistência Social é de origem mais recente. Assim, a primeira ponderação que fazemos é que o vídeo pode contribuir com o retrato dessas estatísticas, representando em parte quem é usuário e usuária do SUAS. Além do vídeo, a prática cotidiana também nos responde quem é essa pessoa, e ela está normalmente envolta pelo manto da pobreza.

Se observarmos o perfil das pessoas que acessam o SUAS,

verificaremos que há um predomínio de mulheres, e elas são majoritariamente negras. Então, este é o perfil da usuária do SUAS. E, quando se buscam os retratos da pobreza, se tem essas mesmas usuárias. Ou seja, ao nos debruçarmos sobre esses dados de quem são as pessoas pobres do Brasil, encontramos majoritariamente mulheres negras. Eu avalio que é nesse ponto que a nossa campanha converge com o que estamos tratando nesta mesa.

Algumas das violações de direito a serem acompanhadas através do Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS)¹¹ são o preconceito em relação à orientação sexual, e o preconceito étnico-racial. E vou dizer para vocês que eu trabalhei 6 anos no mesmo CREAS e estou há mais de 10 anos no mesmo município, e nunca atendi uma pessoa que tivesse sido encaminhada ao serviço por ter sofrido preconceito em relação à orientação sexual, ou preconceito em relação à raça ou à etnia, seja pela própria rede socioassistencial, seja pelas políticas setoriais, pelo Ministério Público, pelo Disque 100, ou por qualquer órgão de registro de ocorrência de violação de direitos. E é evidente que eu não acredito que isso não chegou porque não exista. Sabemos que essa realidade existe.

Então, a primeira reflexão que se faz é que o racismo institucional está posto, inclusive, na ausência de informações, o que gera a impossibilidade dessa mulher negra ser priorizada. Dessa forma, as políticas que deveriam enfrentar as violações de direitos não são acessadas por ela, e ocorre uma lacuna na intervenção do SUAS. Na nossa reflexão, isso não é à toa, porque a invisibilidade, a negação da existência de uma pessoa, é, talvez, a maior forma de violência contra ela. Por isso, ao propor essa campanha, provocamos a reflexão sobre

11 CREAS é unidade de atendimento da política pública de assistência social, inserido na dimensão da Proteção Social Especial – PSE, que atua com famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados.

a incidência que se faz junto às mulheres negras em situação de pobreza e/ou de violação de direitos.

Foi feita uma conversa aqui de manhã sobre análise de conjuntura, com a qual contribuo da perspectiva do financiamento da assistência social. A ausência de financiamento, a política dita de austeridade, que corta recursos, ou que prioriza recursos em determinado setor, é sim uma política racista e uma política misógina e sexista. Porque, se nós temos dados que comprovam que a mulher – e a mulher negra, em especial – compõe o maior contingente populacional que acessa os serviços socioassistenciais, quando são retirados os recursos destinados a esses serviços, reafirma-se o caráter racista e sexista da política pública. Da mesma forma, a política pública de Assistência Social, ao negar visibilidade para as especificidades do sofrimento provocado pelas discriminações, reafirma o racismo institucional.

Sabe-se que hoje, no Brasil, as linhas de financiamento para aquisição de um imóvel em valores superiores a um milhão e quinhentos mil estão flexibilizadas. Mas é importante pensar: quem tem esse dinheiro? Enquanto isso, o Programa *Minha Casa Minha Vida*, que beneficia as classes mais empobrecidas, tem sofrido barreiras de acesso. Esse dado passa a ter importância como reflexão para que seja possível perceber que, quando se fala em ajuste fiscal, ou em redução e congelamento de recursos públicos, o que está em jogo não é somente um processo de retirada de direitos, mas de favorecimento de determinadas pessoas em detrimento de outras. Nesse contexto, as pessoas que *importam* para o governo brasileiro certamente não são os usuários e usuárias do SUAS.

Pensar sobre isso é considerar os impactos que a intervenção estatal provoca nessa sociedade em termos de discriminações. Quando se invisibiliza um sujeito, quando se nega uma ponte que seja ou o acesso efetivo a direitos, a tradução é que essa pessoa não tem relevância aos olhos da

sociedade. Por isso, abordar o preconceito contra os usuários e usuárias do SUAS é falar de um preconceito contra quem somos, contra quem é o povo brasileiro, e é pensar que a psicologia não está deslocada desse contexto social.

Eu prometi ser o mais breve possível, por isso, queria concluir com a reflexão de que esse Estado, da mesma forma que se exime de produzir acesso, gerencia a vida, principalmente das pessoas pobres e das mulheres negras. Para mim e para algumas pessoas com as quais dialogamos na campanha – inclusive algumas usuárias –, isso também é uma forma de discriminação. Impacta no modo de viver e na forma de expressar suas memórias e suas culturas – não à toa que as festas populares são cerceadas!

De alguma forma, o Estado e a sociedade exercem um controle sobre a pobreza e sobre os modos de vida das populações empobrecidas. Seja como coletivo social, seja como Estado, que bate à porta da família pobre pelo agente de saúde e pela polícia – muito menos pelo agente de saúde, infelizmente. É preciso reconhecer que estas ações são estratégias discriminatórias calcadas no racismo institucional.

Essas são as contribuições que eu queria trazer como reflexão da Campanha contra o Preconceito contra Usuários e Usuárias do SUAS, pensando que essa campanha pode dialogar não apenas com a temática do racismo, como também com inúmeras outras temáticas. Dela nos apropriando, podemos levá-la para diversos espaços. Obrigada.

ISBN 978-65-86540-38-3



9 786586 540383 >